



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA**

ANDRÉ ALMEIDA UZÊDA

**MOVIMENTO ÁGUA É VIDA:
CIDADANIA E SAÚDE EM FEIRA DE SANTANA**

**Feira de Santana - Bahia
2005**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA**

ANDRÉ ALMEIDA UZÊDA

**MOVIMENTO ÁGUA É VIDA:
CIDADANIA E SAÚDE EM FEIRA DE SANTANA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Saúde Coletiva do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana para a obtenção do Título de Mestre em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Thereza Christina Bahia Coelho

**Feira de Santana - Bahia
2005**

Ficha catalogafica: Biblioteca Central Julieta Carteado

Uzêda, André Almeida
U99m Movimento Água é Vida: cidadania e saúde em Feira de Santana /
André Almeida Uzêda, 2005.
90 f.: il.

Orientadora: Thereza Christina Bahia Coelho
Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)– Universidade Estadual de
Feira de Santana, 2005.

1. Movimentos sociais – Feira de Santana, Ba. 2. Saúde – Movimento
popular – Feira de Santana, Ba. 3. Movimento Água é Vida.
4. Cidadania. I. Coelho, Thereza Christina Bahia, orient. II. Universidade
Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 061:323:614

ANDRÉ ALMEIDA UZÊDA

**MOVIMENTO ÁGUA É VIDA:
CIDADANIA E SAÚDE EM FEIRA DE SANTANA**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Saúde Coletiva do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana

Banca Examinadora

Profª Drª. Thereza Christina Bahia Coelho (Orientadora)

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Profª Drª. Ceci Vilar Noronha

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Profª Drª. Rosely Cabral de Carvalho

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Profª Drª. Maria Ângela Alves do Nascimento (Suplente)

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Feira de Santana, 24 de Fevereiro de 2005

À memória de minha mãe, Odete Almeida, e tudo que foi paixão e esforço.
Para sempre!

Às minhas meninas Márcia e Júlia, ao amor e carinho constantes.

Aos irmãos e sobrinhos, Vera, Odetinha, Gugu, Dolores, Jorge, Babau, João e Jade;
Sabrina, Danilo, Carol, Lenina, Elis, André, Rodrigo, Marília,
Pedro, Ismila, Alice, Luíza, Camila e aos mais moços Lourenço e Danilinho.
“Porque o tempo não desfaz a trama”

Aos que lutam por dias melhores, que constroem a crítica e a participação para todos; aos que
atuam ao redor do Movimento Água é Vida,
que lutam e acreditam no que é possível!

AGRADECIMENTOS

À Thereza Christina, querida orientadora, pelo empenho e dedicação próprios. Espero ainda aprender muito com essa consciente, singular e libertária professora.

Aos componentes da coordenação e demais participantes do Movimento Água é Vida pela oportunidade, gentileza, sensibilidade e sinceridade nos depoimentos, pela disponibilidade de tempo e de materiais concedidos. Agradeço a todos, particularmente ao Pe. Luís Ângelo, Cristina Porto, Ildes Ferreira, Irmã Brígida e Carlos Souza. Sem eles esse trabalho não seria possível.

No Programa em Saúde Coletiva da UEMS, à coordenação do mestrado e aos meus professores, todos eles, pelo compromisso acadêmico e também pelo esforço no recadastramento do curso. Às professoras Maria Ângela, Marluce Assis e Creuza Queiroz, queridas professoras, pelo intenso desejo de contribuir, expresso em vários momentos do curso e de maneira mais visível, enquanto comissão de avaliação do nosso projeto no Departamento de Saúde. À Professora Maria Ângela o mais grato carinho por “carregar o projeto debaixo dos braços”. Sem aquela força seria tudo bem mais difícil.

Aos colegas de turma, Adriano, Nídia, Áurea, Sandra, Vilma, Carminha, Bené, Andréa, Vandinha, Noélia, Diva, Nilma, Fátima, Suely, Tânia e Julita, por dividirmos as mesmas certezas e inquietações: fica ainda o desejo de novos encontros. Às funcionárias Maristela, Tânia, Lícia, Cássia, Aricélia e Goreth. Um esforço incalculável de cada uma, em cada momento particular do curso, sempre muito prestativas e dispostas ao trabalho.

Às professoras Celi Vilar Noronha e Rosely Carvalho, componentes da Banca de Qualificação, não apenas pelas contribuições ao projeto de pesquisa, mas principalmente pela intenção sincera de ajudar, à gentileza e maneira de expor as críticas; pelos textos recomendados, e outros emprestados.

À Coordenação e demais membros do Comitê de Ética da UEMS, pelo rigor e compromisso, inclusive à Karla, eficiente e cordial secretária.

No meu Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, a ajuda da minha diretora, Eduarda Senna; aos funcionários Nelsiane, Arlindo Washington, Julival, Reis e Selma, pelo companheirismo e simpatia de sempre, não apenas pelo mestrado.

Sem a compreensão e colaboração dos colegas da Área de Conhecimento de Sociologia, que aceitaram a minha redução de carga horária, conciliar o cumprimento das minhas atividades no Mestrado e mais as turmas da graduação seria bem mais difícil. Aos

colegas Maslowa Freitas e Clóvis Caribé que mesmo redigindo suas teses de doutorado, estiveram sempre dispostos a colaborar. Aqui também as minhas desculpas pela minha desorganização que não permitiu aproveitar aquela colaboração

Ao colega, assessor e técnico dos movimentos sociais e ONG's; parlamentar e cidadão, professor Ildes Ferreira, pela contribuição e principalmente pelo seu protagonismo na vida política de Feira de Santana.

Aos amigos-irmãos Pedro Torres e Jerônimo Rodrigues pela minha dívida de dez anos e também, juntamente ao amigo Clodoaldo, por me fazerem compreender melhor esse "mundo" dos Movimentos Sociais, não só teórica, mas também praticamente.

Aos professores Elizete Silva, Elói, João Rocha, Zé Carlos, Rossine Cruz e Coelho, não pelo mestrado, por tudo mais.

Aos estudantes do Movimento Estudantil da UEFS; *aos que fazem e aos que não fazem história*. Aos que resistem e persistem quando chegam os nossos outubros!

À minha professora Edileuza Gaudenzi que desde os tempos do Projeto Cansação está sempre comigo!

Ao Prof.º Patel, pelas dicas na disciplina de Epidemiologia, fotos, livros e a convivência fraterna.

Aos professores, conselheiros e militantes da Saúde Iraildes Juliano e Adroaldo Oliveira. Por esse trabalho árduo, invisível e pouco valorizado na Academia.

À querida professora Márcia pela tradução e alegria de viver e ensinar.

À Léo e Júlia, pelas contribuições inúmeras, pela paciência, e por desfrutarmos a mesma expectativa. À Danilo por estarmos lado a lado mais esta vez. À Leonício e Marisa, Fernanda, Dani, Celso, e Luiza pela companhia e solidariedade, na esperança de mais sossego e de um tempo maior no vosso recanto. À Dona Luci pelo trabalho pesado lá em casa.

Ao amigo Wilson Franco por lembrar das nossas desilusões e também certezas dos movimentos sociais no interior da Bahia.

RESUMO

“O Movimento Água é Vida” é uma entidade do movimento social do município de Feira de Santana, composto de religiosos, lideranças comunitárias, professores e técnicos que ganhou visibilidade no município quando da luta contra a privatização da Embasa, quando congregou diversas entidades e lideranças em favor do saneamento, pela proteção ao meio ambiente e da saúde pública como política e como serviço. Esta pesquisa procurou analisar a atuação desta entidade específica do movimento social - O Movimento Água é Vida: em Defesa da Água e da Saúde – no que diz respeito à efetivação das políticas públicas de saúde e meio ambiente em Feira de Santana. A pesquisa procurou ainda: descrever a trajetória histórica do “Movimento Água é Vida”, bem como analisar os objetivos, princípios e ações e ainda descrever os possíveis obstáculos e as perspectivas da entidade no município de Feira de Santana. Pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. Os dados foram coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas, observações livres, e análise de documentos, tendo como sujeitos deste estudo os membros representantes da entidade. A análise final dos dados acompanhou os caminhos propostos pela análise de conteúdo em uma perspectiva crítica. A partir da atuação desta entidade se pôde analisar o processo de construção da cidadania de determinados segmentos da sociedade civil em relação ao poder público, seus conflitos e formas de consensos. Os resultados apresentados dão conta de uma entidade extremamente atuante, com capacidade de congregar um grande número de outros grupos dos movimentos sociais do município, articulados a uma percepção de política razoavelmente ampla com propostas e intervenções no campo das políticas públicas seja para a saúde, o meio ambiente e saneamento básico. Como perspectiva pretendem atuar cada vez mais na dimensão do controle social em saúde, seja dando continuidade à representação no Conselho Municipal de Saúde, conferências e encontros, seja estimulando a criação dos Conselhos Locais de Saúde. Este mesmo grupo, no entanto, enfrenta dificuldades no que diz respeito à ampliação da participação popular, e algum dilema no que diz respeito à sua relação com o poder público nos fóruns deliberativos, além de enfrentar ainda alguma dificuldade para financiar as suas ações.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais, Cidadania, Participação.

ABSTRACT

The Água é Vida Movement is an entity of the social movement in Feira de Santana town, formed by religious, community leaderships, teachers and technicians that has got visibility in the town when it joined plants of entities and leaderships against the privatization of Embasa and in favor of the sanitation, protection of the environment and public health as politician and service. This research aimed to analyze the action of that specific entity of the social movement – The Água é Vida Movement: in Defense of water and Health – about the effectively of the public policies of health and environment in Feira de Santana. The research also aimed described the historical trajectory of “The Água é Vida Movement”, as well as analyze the objectives, principles and actions and also describe the possible obstacles and the perspectives of the entity in Feira de Santana town. The research had qualitative approach like study of the case. The data were collected through semi-structured interviews, free observations and analysis of documents, the members who represented the entities were the subjects of this study. The final analyses of the data followed the purposed ways of contents in a critical perspective. From the action of that entity it was possible to analyze the process of citizenship construction of certain segments of the civil society related to the public power, its conflicts and consensus forms. The results presented are about an extremely actuation of the entity with the capacity of joining a big number of other groups from the social movement in the town, articulated in a perception of politics reasonable large with proposals and interventions in the field of public politics as in the health field as environment and basic sanitation. As perspective they intend to act more and more in the dimension of the social control in health, or on going process to the representation in Health Municipal Council, conferences and regional meetings or stimulating the creation of Health Local Council, this same group, however has faced some difficulties about the expansion of popular participation, and some dilemma about its relation with the public power in the forums, besides that to confront some difficult to sponsor its actions.

Keyword: Social Movements, Citizenship, Participation.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACM	Antônio Carlos Magalhães
ALCA	Área de Livre Tratado das Américas
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CIMI	Conselho Indígena Missionário
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMBASA	Empresa Baiana de Água e Saneamento
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
MAV	Movimento Água é Vida
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MODECON	Movimento em Defesa da Economia Nacional
ONG's	Organizações não-Governamentais
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PSF	Programa de Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
SINDAE	Sindicato dos trabalhadores de Água e Esgoto do Estado da Bahia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUS	Sistema Único de Saúde
TELEMAR	Telemar Norte Leste S/A
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	16
2.1 Estado, Sociedade e Movimentos Sociais.....	16
2.2 Saúde e Cidadania.....	21
2.3 Espaço e Tempo em Movimento.....	23
3 CAMINHO METODOLÓGICO.....	27
3.1 O Objeto e o Campo de Investigação.....	27
3.2 Tipo de Estudo.....	28
3.3 Sujeitos da Pesquisa.....	30
3.4 Técnicas de Coleta de Dados.....	30
3.5 Análise e Interpretação de Dados.....	32
3.6 Princípios Éticos.....	33
4. “MOVIMENTO ÁGUA É VIDA”: nova perspectiva da participação em saúde no Município de Feira de Santana.....	34
4.1 Trajetória Histórica.....	34
4.1.1 O Fato Agregador.....	34
4.1.2 A Ruptura: a nova dimensão do Movimento Popular em Defesa da Saúde Pública de Feira de Santana.....	37
4.1.3 O Movimento Água é Vida e a Sociedade Civil Contra a Privatização da Embasa: Ampliação e Fortalecimento.....	45
4.1.4 A Consolidação.....	54
4.1.5 A Formalização do Compromisso e a resistência dentro do Conselho Municipal de Saúde.....	59
4.1.6 A Participação da Igreja Católica (Um Recorte).....	66
5 O MOVIMENTO ÁGUA É VIDA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EM FEIRA DE SANTANA.....	69
5.1 O Controle Social e a Participação nos Conselhos de Saúde.....	70
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	80
APÊNDICES.....	85
ANEXOS.....	89

1 INTRODUÇÃO

O processo de democratização vivido pela sociedade brasileira no fim da década de 1970 possibilitou um despertar para infinitas demandas populares como a luta contra o desemprego e a carestia; pela coleta de lixo, pelo esgotamento sanitário, o transporte e outras demandas urbanas, como as ligadas ao setor saúde, jamais atendidas, sobretudo se pensarmos uma sociedade com pouca tradição democrática, com sérios problemas de distribuição de renda e desigualdade social (COSTA *et al*, 1989b). Este processo de emergência de demandas populares não impediu, mas de certa forma também fortaleceu a defesa de questões mais amplas como a luta pela anistia política, a liberdade sindical, pelo direito de greve, a reforma agrária, as eleições diretas e, muito importante para os estudos sobre movimentos sociais em saúde, por uma reforma sanitária (SCHERER-WARREN e KRISCHKE, 1987, COSTA *et al*, 1989a, GERSCHMAN, 1995).

Com o desencadeamento de diversos movimentos populares reivindicatórios que marcaram o período de transição política, a sociedade brasileira torna-se ainda mais complexa e provoca o surgimento de diversas formas de participação, na medida em que os grupos de diferentes classes sociais expressam várias formas de conflito e permitem estabelecer novos consensos, buscando a democratização da política e a construção da cidadania (TEIXEIRA, 1998, DOIMO, 1995, PAOLI e TELLES, 2000, JACOBI, 1989).

A noção de que a construção da cidadania e a efetivação de políticas públicas são produzidas a partir do surgimento e formação de novos sujeitos / personagens coletivos, têm sido fundamental para quem estuda os movimentos sociais hoje. Alguns autores descrevem esse processo e identificam mudanças ocorridas no seio dos movimentos e das lutas populares, pois compreendem bem as mudanças ocorridas no país, como o surgimento de novos sujeitos e atores sociais: homossexuais, negros, mulheres, trabalhadores rurais sem terra, os sem-teto, as Organizações Não Governamentais - ONGs. São os novos personagens de uma sociedade em transformação (SADER, 1995).

Outra referência importante para compreensão das mudanças referidas acima, diz respeito ao processo de formalização e institucionalização da democracia, fundamentais para garantir, por exemplo, o controle social em saúde. Este processo democratizador consolida-se com a promulgação da Constituição Federal, em outubro de 1988 e a realização das eleições para presidente em 1989, mas estende-se em vários outros momentos como na Lei Orgânica

de Saúde (Leis 8080/90 e 8142/90), no Estatuto da Criança e do Adolescente, e no Código de Defesa do Consumidor, ambos em 1990.

O processo de elaboração das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas Municipais, em 1989 e 1990, respectivamente, quando “[...] *cada município passou a ter o direito de fazer sua própria Lei Orgânica, com a participação não só dos vereadores, mas podendo ser alterada em seu conteúdo através de emendas populares [...]*” (CARVALHO, 1998, p.42) permitiu um despertar da sociedade civil para a participação e a interferência nos espaços anteriormente vistos como unicamente do poder público (TEIXEIRA, 1998) ¹.

No que diz respeito aos movimentos e as lutas sociais pela saúde, Jacobi (1989), numa análise sobre as políticas públicas na área de saneamento básico em São Paulo, também enfatizou o surgimento desses novos atores e identificou mudanças ocorridas no seio da sociedade, dos movimentos sociais, mas também do Estado.

No campo da Saúde, a Reforma Sanitária vai levantar essa discussão, cujo ápice se dá na VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986. A inclusão legal da participação social tem como base o texto constitucional² que vai orientar a formulação e implementação das políticas de saúde a partir da década de 90 (GERSCHMAN, 1995).

Gerschman (1995) ressalta, como um dos seus principais argumentos, que a Reforma Sanitária foi um cenário privilegiado de evolução do processo democrático, pois provocou mudanças na esfera do Estado e na sua relação com a sociedade civil, como também tornou evidentes os conflitos no seio do próprio Estado.

Desta maneira o processo de institucionalização da democracia, de regulamentação de leis e garantia de direitos e espaços de participação, ainda em curso, imposta à sociedade civil em geral e aos agrupamentos populares em particular, forma um conjunto de obrigações e uma agenda de participação extremamente complexa, dificultando nos primeiros momentos da experiência, uma participação mais efetiva (TEIXEIRA, 1998).

A efetiva participação da sociedade civil desenvolvida por essas formas legais de controle social, assim como os limites institucionais colocados aos usuários têm sido questionados por Carvalho, Pétris e Turini (2001). Essas discussões têm levado à construção de propostas para a consolidação das experiências bem sucedidas e o estabelecimento de

¹ O trabalho de Teixeira (1998) traz também, nos anexos do seu trabalho, uma valiosa contribuição sobre os mecanismos de participação cidadã no Brasil (Administrativos, parlamentares, judiciais, político).

² O artigo 198 da seção II da Constituição Federal estabelece que a participação da comunidade é uma diretriz fundamental do SUS. O art. 11 que regulamentava o direito de participação foi vetado pelo presidente Collor, entretanto, a Lei 8.142, define que o SUS contará em cada nível administrativo do governo, com as seguintes instâncias colegiadas: as Conferências Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde, com periodicidade mínima de 4 anos e os Conselhos de Saúde (Nacional, Estaduais e Municipais) (PAIM, 1999).

estratégias para a criação de novos fóruns e espaços de construção de cidadania (CORTÊS 2000.). Nesse sentido, os avanços e obstáculos encontrados nas experiências locais têm contribuído muito para o entendimento dessas questões e abertura de novos caminhos.

Em Feira de Santana, no campo das políticas públicas, o estudo de Assis (1998) tornou possível a compreensão do processo de municipalização e descentralização da gestão da saúde no município. A autora evidencia como esse processo se apresentou conflituoso e contraditório, externando diferentes projetos políticos e correspondentes forças de distintos sujeitos sociais (ASSIS, 1998, p.26)³.

Assis (1998) considera, a partir da interpretação dos documentos da VIII Conferência e das Leis 8.080 e 8.142, que a municipalização na Saúde só poderá se constituir de forma democrática se vier acompanhada da ampliação da participação popular e controle social, e de um *“redimensionamento da visão de saúde rumo a uma concepção positiva por parte dos trabalhadores de saúde e da população em geral”*. Do contrário, alerta a autora, *“a hegemonia da indústria da doença é que sairá fortalecida”* (ASSIS, 1998 p.27).

Os estudos sobre os movimentos sociais, apesar de identificarem novas exigências e espaços de participação criados pelos processos de legitimação das políticas públicas, como os conselhos de gestão, elaboração de emendas às leis orçamentárias, participação nas conferências municipais, com participação e mobilização diferenciadas de grupos políticos, sindicatos, entidades, e movimentos sociais em geral, nem sempre têm conseguido transformar tais indagações em objeto de pesquisa e suas preocupações recaem geralmente sobre o movimento sindical e sobre a organização dos trabalhadores rurais e suas lutas no setor agrícola (OLIVEIRA *at al*, 1997; OLIVEIRA, 1985).

Carvalho (1998) estudando a atuação desses movimentos no Conselho Municipal de Saúde (CMS), em Feira de Santana, entre os anos 1990-96, destacou a importância desses novos espaços para a implementação do SUS, identificando a construção de um *“processo de transformação de sujeitos individuais em sujeitos coletivos e/ou atores sociais”* (p.101). A autora enfatiza que além da institucionalização da participação no CMS, se deve garantir a participação real dos sujeitos e atores sociais vinculando-os a uma prática concreta e efetiva no campo da política. A referida autora identificou ainda atores e bandeiras de luta defendidas por cada entidade, bem como suas principais formas atuação.⁴ No referido trabalho Carvalho (1998) abordou ainda a atuação local do Movimento de Organização Comunitária (MOC),

³ Ver ainda os estudos sobre Conselhos e cidadania, Qualidade de vida e políticas públicas e ainda sobre Vigilância Sanitária no processo de descentralização da saúde em Feira de Santana, respectivamente nos trabalhos de (OLIVEIRA FILHO, 2003, QUEIROZ, SÁ e ASSIS, 2004, JULIANO e ASSIS, 2004).

⁴ Carvalho, 1998. Ver, sobretudo os quadros I-IV, pp. 44-48.

como uma entidade fundamental, pois esta mobiliza, organiza e capacita os grupos e entidades da sociedade civil para o trabalho em políticas públicas quando realiza reuniões, forma comissões de apoio aos conselhos, comissões de cidadania, grupos de estudo, entre outras ações (CARVALHO, 1998).

A indagação sobre os movimentos sociais em Feira de Santana e a sua atuação no campo das políticas públicas especialmente as de saúde, meio ambiente e saneamento básico pressupõe compreender a política nesta dimensão. É no processo de elaboração e implementação das políticas públicas, com todos os limites e conflitos, que os novos e antigos grupos sociais organizam-se e articulam-se objetivando a garantia dos seus interesses.

Neste mesmo município, no final dos anos 90, com forte influência da Igreja Católica, consolida-se uma entidade denominada “*Movimento Água é Vida: em defesa da Água e da Saúde*”. Esta organização composta por professores, intelectuais, técnicos e lideranças de diversos segmentos, desde então, realiza seminários sobre temas relativos à saúde, orienta conselheiros, atua com representantes junto ao conselho municipal de saúde, e participa do controle social em saúde, além de mobilizar a sociedade para a criação dos conselhos locais de saúde.

O Movimento Água é Vida alcançou visibilidade, não apenas no município de Feira de Santana, mas em toda a região quando mobilizou a sociedade contra a privatização da Embasa (Empresa Baiana de Água e Saneamento) e tem demonstrado um significativo poder mobilizador ao realizar atividades por melhorias na saúde, contra a degradação do meio ambiente e em defesa das lagoas, rios e nascentes. Em 2003 tornou-se uma entidade civil sem fins lucrativos, no campo das Organizações denominadas Não-Governamentais.

Este estudo, portanto, trata da construção da cidadania e da participação da sociedade civil nas políticas públicas, sobretudo no campo da saúde, no município de Feira de Santana, na Bahia, enfatizando especificamente o *Movimento Água é Vida*, enquanto movimento social mobilizador e organizador da sociedade em geral em prol de uma maior interferência no que diz respeito à tomada de decisões na esfera do poder público.

Essa proposta de analisar uma organização específica - Movimento Água é Vida - assume uma certa relevância na medida em que, além de indagar sobre as formas de organização dos movimentos sociais e suas dimensões nas políticas públicas de saúde, procura também discutir esta relação dentro da perspectiva da construção da cidadania onde deverão ser tratados os conflitos e consensos desta relação entre a sociedade civil e o Estado, configurado aqui como o poder público municipal (Executivo e Legislativo).

Outra motivação, de ordem pessoal, orientou a escolha do tema “movimentos sociais”. Ela nasceu na luta prática, inicialmente como estudante e professor de instituições públicas de ensino fundamental, morador de periferia da cidade de Salvador, ex-assessor de uma ONG de Feira de Santana, de uma cooperativa de pequenos produtores rurais, de uma ONG do oeste baiano, voluntário em projetos de extensão financiados por órgãos governamentais, atualmente professor de uma disciplina na área de Ciências Sociais – Sociologia da Saúde - para cursos da área de saúde da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA e dirigente do movimento sindical docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior no estado. Sujeito avaliador, epistêmico, público e integrado ao mundo da vida. Indivíduo social revestido de ideologia (TESTA, 1997).

As questões oriundas tanto dessa vivência política, quanto da revisão bibliográfica empreendida evidenciam tanto preocupações de ordem mais particular, quanto amplas: como surgiu o Movimento Água é Vida em Feira de Santana? Como ele vem se conformando no que diz respeito às Políticas Públicas no campo da saúde? Quais os principais objetivos, princípios, ações, bem como os obstáculos e perspectivas do Movimento Água é Vida em Feira de Santana. Quais as relações deste movimento com outras entidades da sociedade civil e com o Estado dentro do cenário local, nas conjunturas pós-97?

Destas questões gerais foram configurados os objetivos delineados a seguir:

Objetivo Geral:

- Analisar a atuação do Movimento Social Água é Vida - no que diz respeito à efetivação das políticas públicas de saúde em Feira de Santana;

Objetivos Específicos:

- Descrever sua trajetória histórica, analisar os objetivos, princípios e ações que norteiam a atuação do Movimento Água é Vida;
- Identificar os obstáculos e as perspectivas do Movimento Água é Vida

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Analisar o fenômeno dos movimentos sociais em saúde no município de Feira de Santana nos dias atuais não é tarefa simples como, à primeira vista, possa parecer. A categoria denominada amplamente de *movimentos sociais* guarda, como sabemos, estreita relação com outras categorias igualmente complexas das Ciências Sociais. Sendo assim, não se poderia mais tratar a relação que permeia os movimentos sociais e o Estado, considerando-a apenas como uma relação entre dominantes e dominados. Tanto o *Estado* como a *sociedade civil*, formam categorias sociológicas que receberam nas últimas décadas grandes contribuições teóricas.

2. Estado, Sociedade e Movimentos Sociais

O *Estado* tem sido alvo de um estudo teórico muito mais profundo do que a *sociedade*, que muitas vezes é, inclusive, definida num sentido negativo, em oposição ao primeiro. Esse maior interesse na discussão do Estado tem sido considerado, em boa parte, como relacionado à necessidade de justificação de práticas ou ações políticas já estabelecidas por soberanos e governos. Bobbio (1999) considera quatro grandes distinções entre as teorias políticas: teorias idealistas e realistas; racionalistas e historicistas; concepções positivas (Estado como reino da razão) e negativas (Estado como reino da força); e Estado como mal necessário e não-necessário. *Estado* e *poder*, têm sido, pois, as categorias para a determinação do conceito geral da política. Para este autor, o *poder*⁵ seria uma categoria mais ampla que a política, que englobaria, por sua vez, a de Estado.

As esferas sociais, ou não-Estado, compostas pelos planos espiritual / intelectual e econômico, e denominada *sociedade civil*, através do seu processo de emancipação histórico permitiram a criação de grupos e movimentos de interesse e participação ativos, contribuindo de forma direta ou indireta para as decisões coletivas.

⁵ A tipologia clássica distingue as formas de poder baseada na concepção aristotélica que usa como critério o interesse em favor do qual é exercido o poder: paterno, despótico e político. Nas concepções modernas uma das tipologias mais utilizadas é a que separa o poder em três classes principais: econômico, ideológico e político (BOBBIO, 2000; TESTA, 1997)

Outra matriz teórica que analisa bem estas categorias é aquela herdeira do pensamento de Marx, expressa nos escritos de Antônio Gramsci, produzidos já no século XX, que amplia a visão sobre o Estado, deixando este de ser apenas o aparelho de repressão e de dominação de uma classe dominante sobre outra classe dominada, tornando-se o espaço privilegiado de luta de classes, não apenas em busca da dominação, mas também pela *hegemonia*, pela liderança intelectual e pela direção política. Nesta perspectiva é que o autor italiano ficou identificado como o “teórico das superestruturas”⁶, dada a importância que atribuiu a luta política no seio do Estado para que as classes trabalhadoras se tornassem classes dirigentes, ou mesmo classes hegemônicas.

Gramsci tem sido reconhecido como o autor que melhor opera o fenômeno da política e do poder, da luta de classes e do Estado, abordando a questão da cultura e do papel dos intelectuais, pensando a superestrutura como uma dimensão mais ampla e mais aproximada daquela que ficou evidente no século XX. Entende a sociedade civil “não só como o conjunto dos organismos, em geral privados, vinculados às ‘relações materiais de existência’ (toda a vida comercial e industrial), mas também como o conjunto das relações ideológico-culturais, ou seja, supra-estruturais. Nesse sentido é, portanto, a sociedade civil o conteúdo ético do Estado” (SILVEIRA, 2001, p.17; BOBBIO, 1982).

A partir deste enfoque teórico é que melhor compreenderemos os *movimentos sociais*, suas formas de luta, suas transformações; seus conflitos com o Estado e com outros agrupamentos sociais, bem como a sua dimensão privilegiada de ação e atuação na esfera da sociedade civil.

Pereira (2001) e Gohn (1995) ressaltam também a influência de outro paradigma de matrizes teóricas denominadas de “novos movimentos sociais” com origem teórica em pensadores como Michel Foucault, Felix Guattari, Alain Touraine, Gilles Deleuze, além de Habermas, onde a visão do poder é ampliada, sendo atribuídos novos conteúdos aos fenômenos da cultura.

A expressão Novos Movimentos Sociais ganha autonomia na obra do francês Touraine que desejou destacar a emergência de novos “sujeitos da história” (PEREIRA 2001, p.92). Outra ênfase à qual se alia a perspectiva dos Novos Movimentos Sociais é de inspiração foucaultiana e trata do direito de fala destes novos sujeitos; ou ainda das suas “subjetividades” como em Guattari (PEREIRA, 2001).

⁶ Para Gramsci, a estrutura e a superestrutura formam um bloco histórico. Isto significa que o conjunto “complexo, contraditório e discordante” das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção (GRAMSCI, 1966 p. 52). Ver também GRUPPI (1978).

Para Doimo (1995), a trajetória traçada pela maioria dos autores para analisar os movimentos sociais sejam eles considerados como *velho versus novos movimentos sociais* passa de alguma maneira, pela discussão, questionamento e ou superação de outras dicotomias:

Com as rápidas mudanças verificadas a partir do final dos anos 60 na estrutura produtiva, com a crescente institucionalização do conflito de classes nas sociedades de capitalismo avançado e, inclusive, com a crise do próprio pensamento racional, essas antinomias entre reformistas e revolucionários ou entre movimentos políticos e pré-políticos começaram a ruir, coincidindo com a ascensão do chamado pensamento pós-moderno, que pôs na mira da crítica outras tantas dicotomias clássicas, como sagrado-secular, comunidades-sociedade, tradicional-moderno, solidariedade-racionalidade burocrática, ideologia-ciência e assim por diante. (DOIMO, 1995, p. 40)

A autora, afirma que outras dicotomias seriam mais apropriadas: materialistas e pós-materialistas; modos de produção e formas de vida; ação racional intencional e ação comunicativa; sociedade industrial e pós-industrial (DOIMO, 1995, p.40).

Esta tem sido uma discussão que sempre encontra debatedores aguerridos tanto de um lado quanto do outro, mas parece que existe um encaminhamento que coloca os movimentos sociais numa perspectiva de enfrentamento com as leituras economicistas da realidade, e também com percepções excessivamente racionalistas do Estado e da sua burocracia. Os novos movimentos sociais, inseridos numa configuração próxima de uma sociedade considerada por muitos, como pós-industrial têm destacado o papel da cultura, haja vista a importância que tomou os movimentos de mulheres, os movimentos envolvendo questões raciais e étnicas, dos homossexuais, entre outros.

Doimo (1995) ressalta ainda que no Brasil formou-se três matrizes interpretativas sobre os movimentos sociais:

i) *a estrutural – autonomista* - Esta matriz interpretativa parte de dois pressupostos. O primeiro de que as contradições urbanas têm a capacidade de potencializar conflitos que refletem conflitos de classe presentes no Estado capitalista. O segundo pressuposto admite que a sociedade civil organiza-se de maneira autônoma contra um regime autoritário.

ii) *a cultural – autonomista* – Partindo da recusa de sujeito único como “o partido” ou como “o movimento”, da crítica da idéia de classe homogênea e também da recusa da

generalização da chamada “condições objetivas” é marcada pela noção das “ pluralidades de sujeitos” (DOIMO, 1995, p. 47).

iii) o “enfoque institucional” – As duas matrizes acima referidas originaram-se de orientações marxistas e acreditavam na ruptura da estrutura capitalista. Com a redemocratização e a transição conservadora verificada na década de 80, muitas destas expectativas frustraram-se.⁷

Assim, essa terceira matriz não percebe o Estado como nas anteriores, como fica demonstrado abaixo:

O que havia na verdade, era um dinâmico quadro de demandas, recusas, alianças, pactos e conflitos internos, onde o Estado podia ser “amigo” ou “inimigo”, dependendo dos interesses em jogo e da ótica cultural pela qual era reconhecido. [...] Desenvolvendo a reflexão de que a natureza dessas novas formas de participação reside menos nas relações de classe do que no crescimento e ampliação das funções do Estado sobre a sociedade, esses autores remaram contra a maré e concluíram pela sua inexorável fragmentação interna, razão pela qual seu alcance estaria circunscrito à ampliação dos direitos de cidadania, em vez das radicais mudanças estruturais das relações capitalistas, como até então se imaginara (DOIMO, 1995, p. 49)

Os movimentos sociais são, portanto, categorias que devem ser tratadas numa perspectiva histórica, onde se possa dimensionar a sua relação com a realidade. É preciso então compreender como a sociedade brasileira enfrentou as mudanças tendo em vista o seu processo de democratização recente, a partir do governo Geisel (1974-79) e mais aceleradamente no governo Figueiredo (1979-1985), chegando a momentos de participação recente nunca vistos, como em 1984, com as mobilizações em torno da campanha das diretas-já, ou nas mobilizações em torno da VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, ou ainda em 1987-88, quando da elaboração da Carta Cidadã como ficou conhecida a Constituição Federal que marcou o início da consolidação da democracia no Brasil.

Numa tentativa de descrever e analisar melhor os movimentos sociais, Gohn (1997) rejeita a divisão entre “novos” e “velhos” (destaque nosso) movimentos sociais referindo agrupá-los em categorias, a saber:

- ❖ Movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apóia ou obriga seus mandatários;

⁷ Ver também BÓGUS, 1998, pp.32-3.

- ❖ Movimentos construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor;
- ❖ Movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais;
- ❖ Movimentos construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (sócio-econômica, cultural, e outros);
- ❖ Movimentos sociais construídos a partir de ideologias

Embora a autora indique os movimentos pela saúde e pela preservação do meio ambiente incluídos nos denominados “Movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais”, percebemos no nosso estudo sobre o movimento “Água é Vida” em Feira de Santana, no entanto, o quanto torna-se difícil, muitas vezes, estabelecer para um grupo ou entidade do movimento social, uma única categoria, dada a força de outros elementos constituintes, como a origem e a ideologia, por exemplo.

Doimo (1995) ressalta que, os estudos que tratam dos movimentos sociais, após grande interesse nos anos 1970 e 1980, cederam lugar e expectativa para temas relativos à democratização política e por isso passaram a ser objeto de muitas críticas, seja pelo “fracasso” quanto ao seu projeto político, seja por serem considerados “movimentos fragmentários”, que jamais atingiriam o nível político. A mesma autora, após relatar algumas experiências em que os movimentos sociais foram de fato perdendo força, deixando de agrupar entidades, desagregando e mesmo dividindo as pessoas do mesmo grupo, afirma:

O tempo foi passando, os partidos se consolidando, direitos sociais se institucionalizando e a cada dia ficava mais difícil celebrar a utopia transformadora desses movimentos sociais, ou manter o pressuposto de que a própria ‘experiência’ cuidaria de construir uma nova identidade expressivo-mobilizadora, capaz de realizar essa utopia. Nova conjuntura política, novo arranjo de forças políticas e acomodação das lideranças *movimentalistas*, muitas das quais absorvidas pela institucionalidade política. Na academia, quase todos pareciam então declinar desses pressupostos e conformar-se diante das inelutáveis evidências de que a eficácia desses movimentos sociais não pareciam mesmo estar em sua ‘origem de classe’ ou em sua “identidade”. E, na falta de outros critérios de medida, sobreveio um desapontamento geral sobre o qual repousou a tese de que esses formatos de participação seriam inexoravelmente fragmentários, destinados a exaurirem-se em sua própria luta imediata e cotidiana, cuja a eficácia tenderia a esgotar-se na conquista ou ampliação deste ou daquele direito de cidadania. E adeus movimentos sociais: agora, há assuntos mais relevantes (DOIMO, 1995, p.31).

Questionando o pessimismo desta análise, o texto aponta outros caminhos mais promissores para os movimentos sociais. Fica evidente, no entanto, que para quem escreve, pensa e/ou atua no campo dos movimentos sociais tem sido difícil e complexo desvendar o seu universo teórico diante das transformações surgidas no contexto da globalização e do neoliberalismo, por um lado e, de maneira mais singular, na conjuntura de um governo popular, no caso do Brasil, a partir de 2003.

2.2 Saúde e Cidadania

Se a análise dos movimentos sociais é extensa e complexa, o mesmo se pode dizer, por sua vez, da análise dos movimentos sociais na saúde. A trajetória histórica da Reforma Sanitária organizada por Fleury (1997) e o estudo anterior feito por Gerschman (1995) já evidenciam a diversidade de temas e relações propostos: democratização, controle social, participação, gestão, reforma do estado, movimento médico, cidadania, para ficar apenas nestes aspectos. Além é claro dos trabalhos que ultrapassam essa dimensão da Reforma e que discutem, por exemplo, a relação entre saúde e educação, ou entre movimentos populares e movimento por saúde, ou ainda sobre a luta por saúde e as políticas públicas (BÓGUS, 1998, JACOBI, 1989, VALLA e STOTZ (orgs), 1993, VALLA (Org.), 2000).

Outra categoria importante para este estudo envolve, portanto, a noção ampla sobre a cidadania tratada aqui, principalmente, mas não exclusivamente, como a relação entre o indivíduo e o poder público (NAVES, 2003). Essa relação é construída historicamente, sendo percebida através de mudanças ocorridas tanto no poder público (Estado), quanto nos elementos que envolvem a sociedade civil em geral.

A cidadania, portanto, está sempre em construção. Teixeira (1998) recusa a noção de que não há espaços de participação ou que os grupos populares têm evitado participar da vida política. O seu trabalho ressalta exatamente a idéia de uma “ação cidadã”, diferente das demais ações coletivas, até então disponíveis pela sociedade civil para tornarem-se protagonistas das decisões e ações que direta ou indiretamente lhes afetarão (TEIXEIRA, 1998, p.27).

Dagnino (2000) ressalta a importância, para os movimentos sociais, da apropriação da noção de cidadania como forma de se ampliar a idéia de democracia:

[...] os movimentos sociais perceberam que não tinham que lutar apenas por seus direitos sociais – moradia, saúde, educação, etc. – mas pelo próprio direito a ter direitos. Como parte da ordenação social autoritária hierárquica da sociedade autoritária, ser pobre significa não apenas privação econômica e material, mas também ser submetido a regras culturais que implicam uma completa falta de reconhecimento das pessoas pobres como sujeitos, como portadores de direitos. [...] a pobreza é um sinal de inferioridade, uma forma de ser na qual os indivíduos perdem sua capacidade de exercer seus direitos. [...] (p.82).

A autora demonstra como a noção de cidadania passa a assumir, nos anos 90 e também nos dias atuais, sentidos diferentes para empresários, partidos, campanhas de solidariedade, e principalmente se comparada ao sentido que deu origem ao termo, na tradição liberal, no século XVIII (p.86).

Essa perspectiva admite algumas semelhanças entre as várias noções sobre cidadania, sobretudo ao que se relaciona às noções de *democracia* e de *direitos*. Mas, Dagnino (2000) passa a definir melhor o termo “nova cidadania” procurando suas diferenças:

1) a “nova cidadania” assume a noção de direitos a ter direitos, incluindo novos direitos advindos das novas lutas e novos problemas. Para garantir o direito à igualdade será preciso garantir também o direito à diferença;

2) a “nova cidadania” não está, segundo a autora associado a uma estratégia das classes dominantes e do Estado, ao contrário “é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania “desde baixo”;

3) há uma nova dimensão para a reivindicação, inclusão e a participação. O destaque aqui é a construção de novos espaços de participação como os conselhos, o orçamento participativo, entre outros, quando os conflitos de interesses podem ser “expostos, discutidos e negociados” (p.88) e por isso;

4) se cria uma nova dimensão pública da sociedade, onde os direitos consolidam-se como parâmetro de debate e negociação de interesses entre os grupos sociais “tornando possível a reconfiguração de uma dimensão ética da vida social” (p.88-9) e por fim;

5) a exigência de uma reforma moral e intelectual (DAGNINO, 2000, pp.86-89).

Numa rápida incursão histórica sobre a cidadania no Brasil e no mundo, Medeiros e Guimarães (2002) evidenciam como alguns autores que tratam do assunto demonstram como a construção da cidadania e dos direitos civis, políticos e sociais acontecem em paralelo ao desenvolvimento do capitalismo e suas respectivas etapas: mercantilismo, liberalismo e monopolismo. Sobre a cidadania no Brasil analisam o desenvolvimento da cidadania desde a era Vargas, passando pela ditadura militar e pela sua redemocratização, e acrescentam ainda uma avaliação sobre a cidadania e a saúde (MEDEIROS e GUIMARÃES, 2002).

2.3 Espaço e Tempo em Movimento

Outra percepção importante, dado o objeto e recorte conjuntural, é a de que não se pode discutir e compreender o campo de ação dos movimentos sociais, a cidadania e a efetivação das políticas públicas sem compreender os efeitos do neoliberalismo e da globalização para a política no Brasil e, é claro, no movimento social e sindical, bem como no campo das lutas de classes em geral. O trabalho já clássico de Sader & Gentili (1995) e também o de Boito Jr. (1999), dão ênfase crítica a esse tema, enquanto Naves, (2003) chega a afirmar o seguinte:

No Brasil, em consequência do modelo econômico adotado na última década, o princípio da soberania nacional cedeu o passo para os interesses das grandes corporações transnacionais. Organizações multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, passaram a impor novas formas de conduzir as políticas públicas em campos tão diversos como os transportes, a saúde, a educação e o meio ambiente. À medida que cresceram as interferências externas, diminuiu a importância das chamadas forças sociais internas, que perderam muito da sua capacidade de pressão sobre o Estado (p.564).

Na perspectiva destes autores podemos perceber como a política local, assim como muitas medidas e encaminhamentos do poder público, inclusive municipal, sofrem os efeitos e orientações de organizações e governos internacionais. Com eles o neoliberalismo será pensado como estratégia ideológica hegemônica de se conformar o Estado frente à crise fiscal, estabelecendo novas necessidades de mercado, priorizando o combate a inflação, estruturando reformas sejam elas gerencial, tributária, da previdência, da saúde e demais

setores, em todo o mundo em especial nos países em desenvolvimento (SADER & GENTILI, 1995; BOITO JR., 1999; BRESSER PEREIRA, 1998).

Essa realidade analisada no plano empírico remete ao dilema trabalhado por Bobbio (2000) entre a busca dos ideais e a “rude matéria”⁸. Entre essas “experiências desencantadas da realidade” estariam as disparidades entre os ideais democráticos e a democracia real, assim como a do socialismo ideal e o socialismo real. Ao discutir globalização e exclusão social, Santos (2003) também aborda “as promessas não-mantidas da democracia”.

Dessa forma, emergem as outras dimensões de análise desse estudo que são o Tempo e o Espaço. O tempo da macro-conjuntura da Globalização, da meso-conjuntura dos governos Lula e na Bahia Paulo Souto, e da micro-conjuntura quando da implantação da gestão municipal plena do Sistema de Saúde de Feira de Santana, ou mais especificamente quando da tentativa de privatização da Embasa na administração do atual prefeito do município de Feira de Santana, da revogação de Leis que garantiam a ampliação do controle social através da criação dos Conselhos Locais de Saúde, onde atores e sujeitos sociais se movimentam no “campo” semi-aberto das práticas de gestão, assistência e participação local.

Fiori (2002) afirma que fora da Economia, a palavra conjuntura fica presa do senso comum, sendo a análise conjuntural, dentro das ciências políticas tratada de maneira pouco objetiva, ou como exercício para “iniciados”. Entretanto, o próprio avanço das teorias econômicas logrou incorporar a razão política e o tempo estrutural, ganhando essa conceituação “em vivacidade, o que perdem em transparência” (p.54). O autor recorre a Braudel para quem os tempos são criações do espírito, só adquirindo sentido quando teoricamente articulado pelas hipóteses e explicações antecipadas à trama estrutural, devendo a investigação fluir continuamente da realidade social aos modelos, que funcionam como ensaio de explicação da estrutura, instrumento de controle, comparação, solidez e vida da estrutura dada. Assim, “cada atualidade reúne momentos de origem e ritmo diferentes: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem, de anteontem, de antanho” (Braudel, *apud* FIORI, 2002, p.58).

Já o cenário de uma ação social se define como um espaço social, onde cada problema gera um campo de forças que é fruto de uma relação entre as inter-ações dos diversos atores (TESTA, 1995). De acordo com esta perspectiva o espaço social da Saúde em Feira de Santana se redefiniria permanentemente, em termos tanto conjunturais como históricos, na disputa do poder cotidiano e também do poder societal, sendo a política pública de saúde, ou

⁸ Michelangelo Bovero, na introdução à Teoria Geral da Política, de Bobbio (2000), refere a origem da expressão “Gli ideali e la rozza matéria” como literária, encontrada no livro de Boris Paternak, O doutor Jivago.

mesmo do meio ambiente, o resultante das propostas que fazem os diversos personagens - atores sociais ideologicamente constituídos, desse drama público.

Esse espaço social é também o campo de estudo, que por sua vez, se constrói nos espaços das práticas políticas dos movimentos existentes: o Conselho Municipal de Saúde, a universidade, a Câmara de vereadores, bem como os eventos municipais produzidos exclusivamente ou não pelos movimentos sociais como as caminhadas, carreatas, enterro simbólico, missa campal, panfletagem, exposição de fotos, mas também nas reuniões ou audiências com autoridades, nas visitas às rádios locais em busca de publicização, enfim o fazer política em Feira de Santana no seu sentido pleno onde todas as suas contradições conformam tanto os consensos como os conflitos.

Dentre os espaços de participação em saúde no município, merece destaque o Conselho Municipal de Saúde (CMS), criado em 1991 sendo seus conselheiros empossados durante a 1ª Conferência Municipal de Saúde. Desde aquela época que os movimentos sociais vêm de alguma maneira, protagonizando, com maior ou menor intensidade, a participação. Carvalho (1998) identificou esse processo até o ano de 1996, quando, além do CMS, analisou a atuação do movimento nas Conferências Municipais de Saúde (1º e 2º), 1991 e 1995, respectivamente, e também na Elaboração dos Planos Municipais de Saúde. Para a autora, os avanços das propostas conferidas nas conferências municipais nem sempre apareciam cristalizadas nos seus Planos Municipais de Saúde. (CARVALHO, 1998, p.92).⁹

Além de identificar o que chamou de “compasso tardio” entre a conjuntura nacional e os acontecimentos políticos na área de saúde no município (p.87) uma vez que o período analisado no estudo (90-96) coincide com certo refluxo do Movimento da Reforma Sanitária á nível nacional, a autora admite que naquele período os movimentos assumiam “*um caráter predominantemente reivindicativo, orientado por uma pedagogia popular refratária à institucionalidade política*” quando ainda complementa afirmando que os movimentos tinham “atuação irregular, alternando momentos de importante presença no cenário nas políticas de saúde com períodos de desmobilização” (CARVALHO, 1998, p.88). Ao finalizar o seu trabalho a autora observa que o “o fato concreto é que o CMS-FS não está sendo o espaço político desejado” (CARVALHO, 1998, p. 100.), mas deixa claro também que o desafio de construção da participação e da cidadania ainda permanecia.

Em que pese às observações gerais sobre a construção da participação, a atuação dos movimentos sociais, foi visível, com propostas bem claras, sobre a garantia do controle social,

⁹ Ver também ASSIS (1998).

da paridade nos conselhos, da fiscalização e mobilização da sociedade civil e até com bandeiras bem atuais como a efetivação dos Conselhos Locais de Saúde, como será visto mais tarde (CARVALHO, 1998, p. 91.). Alguns atores sociais como a Igreja, através da pastoral da saúde, alguns sindicatos divididos naquele momento em Rural e Urbano e as associações de moradores, aliados ao compromisso de alguns profissionais da saúde ligados à UEFS e ao MOC, continuam a fazer parte do movimento social em saúde, hoje. (CARVALHO, 1998). Essa realidade nos permitiu avaliar melhor a conformação que o Movimento Água é Vida passa a ter no seu surgimento até os dias atuais.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

3.1 O OBJETO E O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

Para analisar os movimentos sociais em Saúde no município de Feira de Santana na conjuntura atual, sentiu-se a necessidade de precisar ainda mais o que seja a noção “movimento”. No estudo das organizações, entende-se movimento como um tipo de organização não formalizada, mas com poder de instituir. No entanto, muitos movimentos são compostos por grupos sociais formalizados, ou seja, instituições.

Dentro desse espaço que se configura também como campo de pesquisa, chama à atenção a ação de um movimento social denominado “*Movimento Água é Vida*”, surgido no seio da Igreja Católica, das Comunidades Eclesiais, das pastorais, e da luta pela saúde. Este movimento que agrupa profissionais da saúde, lideranças comunitárias, estudantes e professores obteve destaque no município quando incorporou às suas reivindicações a luta contra a privatização da Companhia de Água e Esgoto do município (Embasa):

O Movimento Água é Vida – em Defesa da Água e da Saúde, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com sede foro no Município de Feira de Santana, fundado em 1997 e registrada como Organização Não-Governamental no ano de 2003. As suas primeiras atividades foram seminários, um por ano, discutindo a saúde pública, destacando-se situações relacionadas como o uso da água e a falta de saneamento. Iniciou-se também uma luta pela implantação de conselhos locais de saúde nos bairros, conseguindo-se inclusive a aprovação de uma lei pelo legislativo feirense, mas que não se concretizou por falta de empenho dos gestores públicos. Em 2000 publicou-se uma cartilha informando as comunidades sobre o Sistema Único de Saúde. Em 2001 iniciou-se a luta contra a privatização da EMBASA – Empresa Baiana de Água e Saneamento, proposta pelo governo do estado com a aprovação do prefeito municipal e de dezoito dos 21 vereadores. Uma grande mobilização se iniciou, com denúncias, entrevistas em rádios, panfletos, abaixo-assinados e um projeto de lei de iniciativa popular com vinte e quatro mil assinaturas revogando a lei que autorizava a privatização. O governo foi obrigado a recuar e a lei foi revogada. O Movimento Água é Vida ganhou visibilidade e credibilidade na comunidade e na região. Em 2003 comemorou-se o dia internacional da água com uma caminhada e abraço ao rio Jacuípe que está sendo degradado pela ação humana e pelo descaso dos

poderes públicas. Este ano a comemoração foi com a 1ª Romaria da água em Feira.¹⁰

Hoje este grupo tem influenciado nas escolhas de representantes da sociedade civil nos conselhos municipais de saúde, nas discussões sobre a elaboração e execução das políticas de saúde, bem como de outras áreas de interesse da sociedade civil. Em recente conferência municipal de Saúde, este grupo participou de maneira marcante demonstrando legitimidade não só entre representantes da sociedade civil como também entre alguns que representavam o poder público.

Além do grupo acima também foram estabelecidas relações com outras iniciativas de entidades já consolidadas. Foi preciso identificar, por exemplo, como os sindicatos e entidades da sociedade civil contribuem ou (com) formam o *Movimento Água é Vida* e, dessa maneira, influenciam o rumo das políticas de saúde no município.

O estudo buscou no tempo (diacrônico) a história dos sujeitos no processo de reconstrução do objeto, até chegar ao momento atual (sincrônico), mesmo porque os objetivos foram mesmo analisar a atuação do Movimento Água é Vida, procurando dar conta da sua trajetória histórica, seus objetivos, princípios e ações, além das perspectivas e também obstáculos para a entidade e grupos.

3.2 TIPO DE ESTUDO

O tipo de estudo mais apropriado para compreender as questões que levantamos deve ter um desenho analítico e trabalhar numa abordagem qualitativa. Um movimento social, formado por pessoas e grupos variados, com experiências anteriores diferentes entre si requer uma apropriação subjetiva, onde as formas de percepção do mundo possam ser analisadas ao tempo em que seus comportamentos e atos ocorrem concretamente. Pode ser importante, por isso, atentar par o alerta de Bourdieu (1999)

Ainda não foram tiradas todas as conseqüências metodológicas do fato de que as técnicas mais clássicas da sociologia empírica estão condenadas, por sua própria natureza, a criar situações de experimentação fictícia, essencialmente, diferentes das experimentações sociais produzidas,

¹⁰ Síntese de documento de divulgação feita por membros do grupo em seminário na UEFS, e em outras apresentações para a comunidade no ano de 2004.

continuamente, pelo desenrolar da vida social. Quanto mais as condutas e atitudes estudadas dependerem da conjuntura, tanto mais a pesquisa corre o risco de se limitar a apreender, na conjuntura particular permitida pela situação de enquête, atitudes e opiniões que não têm valor além dos limites de tal situação[...] (p.58).

O mesmo autor, ao fazer do seu objeto de investigação a profissão do sociólogo, questiona toda a prática científica do campo da sociologia que, com Weber, busca uma neutralidade ética para se opor à ingenuidade moralizante da filosofia social. Uma vez que as operações axiologicamente neutras não se correspondem necessariamente com a neutralidade epistemológica, a opção por determinadas técnicas, em detrimento de outras, como no caso das entrevistas não-diretivas pode provocar distorções uma vez que rompe com a reciprocidade das trocas costumeiras incitando os sujeitos a produzirem artefatos verbais. Da mesma forma, o fato construído segundo procedimentos formalmente irrepreensíveis, mas inconscientes de si mesmos corre também o risco de ser um mero arte-fato.

Assim, não existe entrevista neutra porque não existem perguntas neutras, por isso o pesquisador deve se interrogar, antes de qualquer coisa, sobre o sentido da sua pergunta para não correr o risco de “encontrar facilmente uma garantia do realismo das suas perguntas na realidade das respostas recebidas” (BOURDIEU, 1999, p.56). Uma mesma pergunta pode assumir diferentes significados para distintos sujeitos sociais, e para fugir do etnocentrismo cultural e das pré-construções da linguagem, que afeta todo pesquisador é necessário mais do que uma análise de conteúdo, a instauração de uma dialética entre os dois sistemas de pré-construção: do cientista e do objeto.

É preciso também restituir à observação sistemática e metódica seu primado epistemológico, rejeitando a estatística como única expressão da verdade, com a conseqüente desvalorização das técnicas etnográficas que ficam reunidas e desqualificadas sob a categoria da “análise qualitativa”. Por outro lado, uma concepção simplista de relativismo cultural pode levar a uma ignorância sobre as diferenças de valor que os sujeitos sociais estabelecem entre os fatos e as obras de cada cultura. Ou, dito pelo autor, “o relativismo integral e mecanicista leva ao mesmo resultado do etnocentrismo ético: nos dois casos, a relação do observador aos valores daqueles que ele observa (e, por conseguinte, aos valores deles) toma o lugar da relação que estes mantêm objetivamente com seus valores (BOURDIEU, 1999).

Se somente através das estruturas do Trabalho e da Linguagem completaram-se os desenvolvimentos que levaram à forma de reprodução da vida especificamente humana, as interações mediadas simbolicamente pela linguagem levam também à construção dos papéis

sociais e de uma *identidade* pessoal e coletiva. O estudo do processo de participação política, respaldado por uma vigilância epistemológica, deve voltar-se para os determinantes estruturais do conjunto de ações empreendidas nos espaços coletivos de negociação, conflito e consenso, e para a análise do papel dos sujeitos instituídos e instituintes, suas trajetórias e relações com cada ator social que compõe o Movimento estudado, assim como os recursos políticos, econômicos e ideológicos nessa produção. Nesse sentido pode-se dizer que se trata de um estudo de caso, no aspecto da sua particularidade, ainda que nele se apreendam estruturas e categorias mais gerais do pensamento e da práxis.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa desenvolvida concentrou-se basicamente nos representantes do Movimento Água É Vida, sejam eles membros da Coordenação ou apenas participante das atividades, incluindo aí as reuniões e assembléias desenvolvidas pelo grupo.

Para a entrevista semi-estruturada foram envolvidos essencialmente os membros da coordenação que também estiveram desde o início do movimento e por isso, detinham um conjunto de informações realmente imprescindíveis. Também foi entrevistado um outro membro do grupo que não desempenhava atividade de coordenação, mas que participa dele intensamente, bem como de outros movimentos. E para as observações realizadas não se priorizou somente conversas e ou reuniões da coordenação, mas também seminários, conferência municipal de saúde e também reuniões do Conselho de Saúde¹¹.

3.4 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Um trabalho desta natureza, que procurou compreender por um lado os processos de participação da sociedade civil no poder público e por outro a dinâmica interna dos grupos,

¹¹ Concretamente participamos como observador das Conferências Municipal de Saúde e Municipal de Saúde Bucal, de um seminário anual do Movimento Água é Vida, de reuniões esporádicas e aleatórias do Conselho Municipal de Saúde, de uma reunião da Coordenação do Movimento para falar das entrevistas e do nosso estudo e participamos também da Romaria da Água, realizada em setembro/04.

entidades, ONG'S, sindicatos, conselhos de saúde, Igreja, através da atuação de uma entidade singular que é o Movimento Água e Vida, também procura identificar sobre a representatividade e posições de conselheiros, lideranças e membros de comissões, precisa considerar a relação sujeito / objeto de maneira específica: os sujeitos serão compreendidos enquanto pertencentes a grupos e/ ou classes sociais ou a eles vinculados seja pela relação ideológica, seja pela sua relação econômica e/ou política. É preciso também perceber que os indivíduos na reprodução da sua própria vida, estabelecem relações contraditórias e complexas; relações de poder e dominação, mas também relações de forte componente cultural. É preciso desenvolver um esforço metodológico que possibilite apreender os elementos qualitativos e subjetivos destes sujeitos.

Trabalhar com movimentos sociais, formado com pessoas “vivas”, reais, que atuam na cidade, no presente momento, padres, estudantes, professores, profissionais da área de saúde, lideranças requer um instrumento de pesquisa que obtenha informações sem a necessidade de retirá-los da sua própria vida, da sua própria vida. Não se esquecer que é vivendo, trabalhando, estudando, que estes sujeitos elaboram suas impressões e formas de interferência na realidade. Por isso, sempre que possível, foi evitado, a formalização do momento da coleta de dados. Não se pode esquecer que muitas vezes se diz o que se considera “certo” ou mais correto dizer, sendo a prática a negação das várias formas de discursos. Nesta perspectiva foram utilizadas como técnicas de coleta de dados a observação livre e a entrevista semi-estruturada¹²

A técnica da observação permite compreender o fenômeno na sua totalidade. As conversas informais, bate-papos, encontros e eventos do próprio grupo foram privilegiados na hora de obter informações.

Enquanto pesquisador foi preciso estar sempre alerta para não tornar demasiadamente natural ou familiar aquilo que pretendíamos observar, registrar e analisar, no que Minayo denominou “ilusão de transparência” (MINAYO, 1992).

Além da observação direta e livre foi necessário também abordar os momentos formais onde lideranças, usuários e membros de entidades foram entrevistados, evidenciando a percepção da sua prática, confrontando discursos e ação no dia a dia. Não foram realizadas entrevistas nem observações com representantes do poder público, não por se julgar inválido tal procedimento, muito mais por dois motivos. O primeiro por considerar que para os

¹² O roteiro da entrevista encontra-se no Apêndice B.

objetivos sugeridos a coleta apenas com representantes do próprio grupo seria suficiente e em segundo por questões ordem técnica como o tempo para a pesquisa.

A entrevista semi-estruturada permitiu que os sujeitos pudessem expor as suas idéias frente às questões a serem estudadas, falando livremente sem limitar os seus pensamentos sobre as questões. Portanto, para acompanhar as posições assumidas pelos membros representantes do “Movimento Água é Vida” foi preciso *observar, entrevistar*, ouvir opiniões para confrontar posições desses sujeitos. As entrevistas e as observações foram realizadas no horário dia e local escolhidos pelos sujeitos da pesquisa.

3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A análise dos dados se iniciou com a leitura extensa do material coletado, registrado através do Diário de Campo e das transcrições das entrevistas. No segundo momento, a leitura procurou captar as categorias empíricas em função dos objetivos e das categorias operacionais que orientaram o roteiro das entrevistas. Uma fragmentação das narrativas e a produção de novas sínteses foram orientadas não mais apenas pelo conteúdo, mas pelas dotações de sentido que emergiam das situações descritas. Estes sentidos oriundos das interpretações de primeiro nível (BIBEAU, apud SILVEIRA, 2001) são contextualizados social e historicamente para produção de novos sentidos.

Foram feitas cinco entrevistas semi-estruturadas com perguntas que seguiam apenas um roteiro de entrevista previamente combinados com cada entrevistado. Este roteiro, é claro, estabelecia basicamente questões relativas a cada objeto que o pesquisador formulava de acordo o momento e a forma que a entrevista prosseguia. A pergunta inicial sempre tratou do processo histórico do movimento água é vida, embora a maneira de intervenção seguisse formas diferentes. Não houve leitura de perguntas iguais às outras, o que, aliás, ficaria muito difícil de acontecer para entrevistas semi-estruturadas, pois o entrevistado pode sempre responder questões de maneira antecipada.

Após a transcrição das fitas que procurou aproximar-se ao máximo da fala real de cada entrevistado foi feita uma síntese geral de cada entrevista. Aqui o pesquisador interferiu e deu a sua impressão sobre a entrevista, sobre as respostas, sobre aspectos que não são visíveis no momento da entrevista, mas que podem aparecer de outras formas, (documentos, informações coletadas nas observações, ou em outras entrevistas) Foi feita uma síntese geral da entrevista e

do entrevistado. O objetivo foi saber quem era o informante, o que ele mais sabia informar e o que não sabia ou não quis, por exemplo, informar.

Posteriormente essa síntese geral, estabelecemos as categorias de análise, vinculando sempre aos objetivos da pesquisa e elaboramos uma síntese de cada entrevistado por categoria, procurando ser fiel às falas de cada entrevistado, buscando compreender o sentido e o significado de cada fala. Na primeira tentativa de triangulação fizemos uma síntese por categoria, procurando encontrar em cada uma as convergências, divergências e as contradições, para só então poder apropriar-se das falas, informações e significados.

Em seguida a obtenção dessas sínteses por categoria empírica e sua organização fez-se um retorno ao marco teórico para a produção da síntese final na totalização de um conhecimento novo, que buscou dialogar com os saberes de outros autores, produtores de obras relacionadas ao tema e ao objeto.

3.6 PRINCÍPIOS ÉTICOS

Esta pesquisa seguiu todas as recomendações contidas na Resolução 196/96, pois foi enviada e aprovada pelo CEP – Comitê de Ética e Pesquisa, conforme protocolo nº 047/2004 sendo aprovada definitivamente, no dia 07/10/2004 antes de ser realizada qualquer entrevista ou atividade que envolva direta ou indiretamente seres humanos (BRASIL, 1996).

Para as entrevistas ou qualquer outra forma de obtenção de informações foi antes lido e assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), por parte dos sujeitos do estudo e os autores da pesquisa, assumindo-se enquanto partícipes do processo. Vale ressaltar que tal procedimento nos envolvia de enorme confiança e que os sujeitos da pesquisa elogiaram e aprovaram os procedimentos acima descritos.

Será enviado ainda ao CEP – UEFS relatório de pesquisa relatando os procedimentos da sua realização bem como uma justificativa da nossa decisão de modificar o título da pesquisa que inicialmente foi intitulada de “MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA” o que passamos a denominar a partir da sua fase final de **MOVIMENTO ÁGUA É VIDA: CIDADANIA E SAÚDE EM FEIRA DE SANTANA.**

4 “MOVIMENTO ÁGUA É VIDA”: nova perspectiva da participação em saúde no município de Feira de Santana

4.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA

“*O Movimento Água é Vida: em defesa da água e da saúde*” apresenta-se no cenário político de Feira de Santana, como a maioria das iniciativas coletivas urbanas que surgiram nos anos 70, nas principais capitais do país, à partir de um conjunto de problemas, capaz de provocar indignação e revolta aos usuários do sistema público de saúde do município.

4.1.1 O Fato Agregador

No ano de 1997, um episódio consegue expressar, de maneira nunca vista antes, o caos em que se encontrava o Hospital Regional Clériston Andrade, o maior hospital do município, que atende a Média e Alta Complexidade do SUS. Os depoimentos de alguns dos principais personagens daquele acontecimento ilustram bem o que ocorreu e também ressaltam como esse drama social, quase sempre tão comum, pôde provocar ações e reações que resultariam nos primeiros gestos e intenções do Movimento Água é Vida:

[...] Foi naquela época que o Clériston passou por algumas dificuldades. Então, aí, lembro que na Paróquia lá onde eu estava em Feira, em George Américo, um bairro que tem lá, e naquela época, lembro que a gente, eu tive que levar uma menina para o hospital e esta menina tinha dezenove anos, lá não atenderam, disse que não tinham clínico, como era fim de semana, que talvez só até segunda, então voltamos para casa. E na volta para casa, pois, deixei-a em casa com uma pequena ajuda para que comesse. E no dia seguinte, sábado, me ligaram, e a menina tinha morto, com dezenove anos. E, então, a gente aí ficou muito, muito... Reagindo com muita coragem, por que isso não podia ser, que acontecesse mais. Isso foi uma reação que permitiu a partir daí, eu falei com algumas pessoas, alguns professores em algum momento tinha até algum vereador, [...] e então, fizemos uma pequena reunião. E nessa reunião, se decidiu fazer um trabalho, reagindo diante dessa situação que não podíamos aceitar (Ent. 4).

O mesmo relato na perspectiva de outro entrevistado ressalta a liderança de um padre neste evento:

Em 97, um caso que chamou muita atenção da comunidade que foi o fato de um ou dois casos de pessoas que vieram a óbito na fila do Hospital Clériston Andrade, né? E a imprensa, deu muita repercussão na imprensa e algumas pessoas aqui de Feira de Santana, a gente achava que a comunidade não podia ficar alheia a isso. E nos reunimos, algumas pessoas, com uma idéia de ter uma interferência mais direta na questão da saúde pública em Feira de Santana. Fizemos uma, duas, três reuniões e desse processo participou o padre [...] aliás eu diria que ele foi o principal articulador disso, e logo depois, lá no Clériston, nós organizamos, pra criar uma pressão lá na comunidade, organizamos uma missa campal lá, né? Que foi celebrada pelo então arcebispo de Feira de Santana, exatamente pra chamar a atenção da comunidade do que estava acontecendo ali (Ent. 2).

O falecimento da jovem é emblemático, pois os problemas relativos à saúde fazem parte do cotidiano de pacientes, profissionais e gestores públicos. São problemas com causas e soluções possivelmente identificadas por pessoas que voltam a sua atenção para as questões da saúde do município:

[...] quem conhece Feira de Santana, sabe que os serviços públicos aqui são muito precários. Todos eles. E saúde é sempre um drama. O fato de Feira ser uma cidade...é... chamada *Metrópole Regional*, né? Muitos municípios do interior, e até levado por uma política equivocada do governo, quer dizer, o governo no lugar de criar uma estrutura básica de atendimento primário lá no município, o governo dá ambulância aos prefeitos pra qualquer coisa, manda pra Feira de Santana. ...aí, já viu, né? Entope tudo aqui, né? Os serviços de saúde de Feira de Santana. E aí se torna ainda muito mais precário, caóticos até (Ent. 02).

[...] Porque a saúde aqui em Feira desde, não é de agora que ela está meia, assim tumultuada, sem direitos para os mais empobrecidos, não é?, das classes populares (Ent. 05).

As referidas demandas por saúde são também dimensões conhecidas tanto de autores que se dedicam mais ao estudo dos Movimentos Sociais quanto os que preferem dar um pouco mais de ênfase às políticas de saúde em geral. (JACOBI, 1989; ASSIS, 1998; GOHN, 1995 e 1997; PEREIRA, 2001; COSTA, 1989b; DOIMO, 1995; CARVALHO, 1998).

A partir dos problemas gerais identificados e também da crise do Hospital Clériston Andrade, alguns representantes de entidades, como a Igreja Católica, a universidade (UEFS), uma ONG (Organização Não-Governamental) local, como também professores, sindicalistas, profissionais em geral e até parlamentares municipais de oposição, resolveram continuar com o grupo:

As pessoas continuaram a se reunir, foram realizadas, a princípio, depois da missa, foi realizado um seminário, onde convidou vários setores da sociedade civil organizada e o poder público e também especialistas no assunto, para discutir a saúde tanto local, né, na cidade de Feira de Santana, como no geral. É, o seminário foi um sucesso, né? E mais uma vez surgiu a necessidade de um grupo organizado para que desse continuidade, não só nos protestos, mas também na busca de alternativa pra melhoria da saúde no município (Ent. 01).

Então aí organizamos, tivemos aquela missa diante do Clériston, um protesto, panfletagem, uma reação forte que chegou até, apareceu até nos jornais de São Paulo, porque o Bispo também falou bastante claro essas questões, e a partir disso, nós criamos um movimento que se chamava *Movimento Popular Em Defesa Da Saúde Pública* (Ent. 04).

[...] e aí várias entidades de Feira de Santana, juntamente com a Igreja Católica, procuraram a diocese. O que fazer? aí foi quando celebrou a missa, celebrou a missa em frente ao Clériston, depois disso aí sentou pra fazer uma avaliação da celebração e o que fazer com isso daí? Aí foi quando surgiu o *Movimento Popular em Defesa da Saúde Pública de Feira de Santana*, isso em 97 (Ent. 03).

O então denominado *Movimento Popular Em Defesa Da Saúde Pública*, por mais de três anos manteve sua dinâmica de realizar reuniões e seminários anuais discutindo problemas da saúde e de saneamento básico, despontando como um grupo da sociedade civil importante no qual se podia discutir e buscar alternativas para resoluções de problemas ligados diretamente à saúde.

No que diz respeito às demandas dos serviços de saúde, era preciso lutar pelas melhorias, pelo atendimento de qualidade e por resoluções de problemas sendo necessário pensar a saúde como uma política pública extremamente complexa e de difícil solução, na qual o controle social e uma efetiva participação permitissem maior acesso e qualidade dos

serviços. Através dos depoimentos, nota-se que estas eram as principais tarefas aqui identificadas no movimento popular, embrião do atual “Movimento Água é Vida (MAV)¹³”.

O Movimento Popular em Defesa da Saúde Pública de Feira de Santana, neste período, empenhou-se pela implantação dos Conselhos Locais de Saúde, conseguindo até a aprovação de uma Lei relacionada aos referidos conselhos, mas que nunca fora efetivada na prática. Em 2000 o grupo conseguiu publicar uma cartilha informando à população sobre o SUS¹⁴. O grupo também realizou seminários anuais, exposição de fotos, palestras, caminhadas, panfletagem, romarias, apresentações em escolas, Igrejas e, também, fora do município, realizou reuniões de mobilização, sempre defendendo a saúde pública e as políticas públicas de saneamento e meio ambiente.

4.1.2 A Ruptura: A nova dimensão do Movimento Popular em Defesa da Saúde Pública de Feira de Santana

[...] e o engraçado foi que depois, ninguém conhecia o Movimento Popular da Saúde, todo mundo conhecia o Movimento Água é Vida, podemos dizer que a filha foi mais conhecida que a mãe. Essa foi um pouquinho a origem” (Ent. 04).

Os Movimentos Sociais sempre enfrentaram problemas concretos e, no cotidiano, seus principais desafios são propostos no intuito de tornarem-se parte da história, evidentemente, com respostas e caminhos apropriados para cada grupo e momento. Assim, quando a nova administração do município de Feira de Santana, eleita em 2000, desta vez com o apoio do governo do estado, assume o governo e envia para Câmara de Vereadores uma proposta de privatização da Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA), uma nova etapa para o movimento se estabelece tanto pelo conjunto de ações que será preciso incorporar, como pelas graves conseqüências para a população que, pelo menos segundo as denúncias do grupo, de fato ocorreria. Vejamos como o grupo, segundo esses entrevistados, mesmo antes da chegada

¹³ Possivelmente não foi o único embrião porque pelo que observamos e também pelos depoimentos se percebeu que um conjunto de outras reflexões e ações já acontecia nos bairros, realizado pelas associações e pelas pastorais.

¹⁴ Conforme cópia da Ata de fundação, aprovação do estatuto, eleição e posse da nova diretoria e do conselho fiscal do Movimento Água é Vida: em Defesa da Água e da Saúde, de 11/09/2003. Ver Anexo, documento 7

do projeto à Câmara, enviada pelo chefe do executivo, resolve desde o início, assumir parte da luta contra a privatização:

[...] em abril de 2001 ele [o atual prefeito da cidade, no seu primeiro mandato] mandou pra Câmara o projeto pra privatização da Embasa, só que a gente tinha certeza que ele ia fazer isso, por que na campanha dele, ele colocou isso. E logo em janeiro, fevereiro, que nós começamos, fevereiro, começamos esse trabalho do Movimento Água é Vida. A gente estava fazendo uma conscientização sobre isso, falando dessa questão, que a qualquer momento o projeto ia pra Câmara e realmente aconteceu isso. [...] Foi numa época de micareta na cidade. Se não me falha a memória, foi depois da micareta e nessa época D. Itamar tinha viajado. Ele aproveitou e imediatamente mandou pra Câmara o projeto e pediu urgência nisso aí. Quando a gente soube que o projeto estava na Câmara pra votação, né? Nós fomos pra Câmara pra gente reivindicar pra não privatização da Embasa aqui e pedir mais um tempo pra esclarecer à população disso aí. O projeto foi aprovado, imediatamente, mas a gente não parou nisso aí (Ent. 3).

[...] porque em 2001 foi colocado o projeto na câmara pra privatização da Embasa e foi assim uma coisa muito rápida. Quando a gente, é, caiu por si já estava tudo encaminhado. Tentamos fazer mobilização para evitar a votação, mesmo assim ela foi votada em regime de urgência, que por sinal não deveria ser votado dessa forma e agente perdeu a primeira batalha, né? Mas a gente não desanimou (Ent. 01).

A solicitação de votação à Câmara em regime de urgência, os empecilhos colocados para a realização de reuniões e audiências para discutir o tema com a sociedade civil e principalmente o uso de artifícios como o envio do Projeto de Lei ao Legislativo em período de festa na cidade, com ausência de lideranças e autoridades importantes, evidenciam que os representantes do Poder Público no município, tanto do Executivo como do Legislativo, compreendiam bem o quanto à privatização da EMBASA não conseguiria receber a aprovação da opinião pública.

Assim, em 2001, aparentemente fora dos propósitos imediatos do grupo, uma nova questão parece estabelecer um momento de ruptura com sua fase inicial, pois consegue mobilizar e até redirecionar ações, concepções e práticas e dar a ele grande visibilidade: a questão da privatização da EMBASA.

A intenção de privatizar esta empresa já havia sido anunciada pelo governo do estado no ano anterior, porém, pelo menos em Feira de Santana, esta temática passa a ser colocada na agenda dos movimentos sociais, de maneira mais concreta, como foi visto, com a entrada do Projeto de Lei, na Câmara de Vereadores. No depoimento que se segue essa nova prioridade

fica evidente como também o surgimento do novo nome que o grupo agora vai assumir: Água é Vida.

[...] tivemos uma reunião, na qual alguém colocou que estavam querendo privatizar a água. E foi quando nós percebemos, naquela reunião que, nós como movimento de saúde, a água estava totalmente ligada à questão da saúde e que privatizar a água atrapalhava a vida e a saúde mesmo. E, então naquele momento decidimos fazer uma convocação, de todos as associações, é, sindicatos, fizemos uma convocação assim geral. Igrejas, ecumênico, desde início queria um espírito ecumênico, não era só a Igreja Católica, ainda que era a que mais presente estava, mas convidamos sempre as outras Igrejas. E, era uma reunião para ver esse fato que já estava já planejado para entrar na Câmara, esse projeto de lei para autorizar a privatização. Então, naquela reunião, já tínhamos composto grupos, se decidiu representação na câmara e tal. E, aí começamos então, esse trabalho que podemos dizer com a água, na questão da defesa da água. Foi depois, durante esse processo quando aos poucos fomos colocando esse nome, porque saiu quase espontaneamente, pois a água é vida, então por isso o Movimento Água é Vida (Ent. 4).

Segundo Boito Jr. (1999), a partir de 1991 a luta contra a privatização a nível nacional criou até o Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon), sob a liderança de prestígio do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, contando com a participação da CUT e CGT e outros sindicatos além dos partidos PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PC do B (Partido Comunista do Brasil). O autor destaca como a luta contra as privatizações, nos governos Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso, conseguiu provocar conflitos e contradições nestas organizações no que diz respeito à maneira de enfrentar as políticas neoliberais iniciadas e desenvolvidas naquele período (BOITO Jr. 1999: 174-180).

Em Feira de Santana, o alerta contra a privatização começa a ser sinalizado, por exemplo, por entidades como sindicatos e partidos, mas também por outros “organismos” de grande prestígio e legitimidade, a nível nacional e estadual, adquirindo grande poder mobilizador. Evidência disso é a *nota sobre a privatização da EMBASA*, da CNBB, Regional Nordeste 3, (Bahia e Sergipe) onde diversos Bispos baianos assinam o documento contra a privatização da água e ainda esclarecem:

1. A água é um serviço essencial de **responsabilidade do Estado**. Uma vez privatizada ficará menos acessível às **populações mais pobres** e é dever

do Estado garantir ÁGUA de qualidade para todos e a manutenção das fontes.

2. Com a privatização, a água estará sob as leis do mercado que visam o lucro das empresas e não o bem estar social.

Conscientes de nossa responsabilidade de pastores deste povo aflito, **SOLICITAMOS:**

1. Que o poder público não tome qualquer decisão a respeito sem abrir canais de diálogo com as entidades representativas da população. A participação da sociedade organizada é fator de crescimento da cidadania.

2. Que o **bem-estar social**, num assunto de fundamental importância esteja **acima dos interesses econômicos e políticos (DOC. 1).**¹⁵

Havia também uma preocupação muito grande com os interesses que envolviam a privatização da EMBASA não apenas no município, mas também no estado como um todo, exigindo, por exemplo, do Sindicato dos trabalhadores de Água e Esgoto do Estado da Bahia (SINDAE), de partidos políticos e parlamentares, uma campanha esclarecedora sobre os problemas causados pela privatização. Esta campanha contribuiu bastante com o grupo nos seus seminários e palestras, como elemento formador e multiplicador para as suas próprias intervenções no município, como será visto em alguns depoimentos:

Então nós fizemos, pra chamar a atenção da comunidade, sobre isso, nós fizemos aqui, todo ano nos organizamos nos seminários, discutindo essa coisa da água e do saneamento e da saúde. Trouxemos expoentes importantes, aí, os companheiros do SINDAE nos deram assim muito apoio, tanto na luta contra a privatização da Embasa, quanto na luta, nessa discussão de continuarmos, em relação ao esgotamento sanitário, à água, etc, e o processo da sensibilização de alguns setores da comunidade pra essa questão do esgotamento sanitário e do saneamento (Ent. 02)

E nestes seminários, nós contamos, convidamos o professor [...] uma das pessoas mais preparadas nesta questão. Então, ele nos deu uma informação muito boa. [...] Então, nós soubemos que na Argentina, que na Inglaterra, os dois lugares se tinha privatizado 100% , tinha sido nefasto, tinha subido as taxas e não tinha melhorado os serviços, e os que mais sofreram foram os mais carentes, então as conseqüências que nós percebíamos. Então nós fomos divulgando isso. E, na imprensa, nós fomos colocando essas questões, e o povo foi conscientizando-se , foi se descobrindo que realmente era uma coisa que ia atrapalhar, que não era uma questão de luta de algumas pessoas que tinham interesses escondidos, que era uma questão de defesa da vida. Então aí, você enfocou toda essa questão não é, como as conseqüências

¹⁵ Nota sobre a privatização da EMBASA (Documento 01 em anexo) é datado de 07/03/01 assinada pelo Cardeal D. Geraldo Magela, arcebispo de Salvador e pelos bispos de Feira de Santana, Alagoinhas, Juazeiro, Bonfim e demais dioceses da Bahia. Os grifos são do documento.

piores iam ser para as pessoas mais carentes e depois nós aproveitamos uma questão, assim, muito concreta que também tinha acontecido, que era a questão da energia, e a questão de telefones, das comunicações. Como essas duas privatizações que se tinha realizado as conseqüências... Tinha subido totalmente as taxas. Claro, tinha acontecido aquele apagão, também aí olha, o que nós fizemos foi colocar essas questões na, nos meios de comunicação (Ent. 04).

Na análise de documentos também identificamos essa tentativa do movimento em esclarecer para a população a discussão sobre a privatização dos serviços de água e esgoto ao nível mundial, ou seja, como os países ricos e pobres se comportavam a esse respeito. Em um dos documentos selecionados, encontramos um informativo do Movimento onde se lê o seguinte título: “*10 motivos contra a privatização da EMBASA*” (Anexo 3) e dentre os dez itens, destacam-se os seguintes:

4- No Brasil, todas as privatizações foram prejudiciais para o país e para o povo que perde o patrimônio que ajudou a construir e passa a pagar muito mais caro pelos serviços que pioram de qualidade (entre nós, a Coelba e a Telemar são bons exemplos). Não é diferente do que ocorreu em outros países: a Inglaterra foi um dos primeiros países a privatizar o saneamento, as tarifas subiram 30% (com inflação quase zero) e 3% da população ficaram excluídos por incapacidade de pagamento.

6 - As empresas privadas não se preocupam com o meio ambiente. Não vai preservar as fontes de água: rios, lagos, lagoas etc. Apenas usá-los com fins meramente econômicos.

8 - Os serviços de água e esgoto são lucrativos. Os Municípios que mantêm os serviços municipalizados (Alagoinhas, Juazeiro, Itabuna etc.) têm na administração desses serviços importante fonte de receitas. Com a privatização, esses resultados ficarão nos cofres das empresas particulares

9 – A privatização gera desemprego. As empresas privadas procuram, a todo custo, aumentar os seus lucros e promovem o desemprego de muitos trabalhadores com o argumento de “enxugar a folha de pagamentos”. Com isso, o exército de desempregados de Feira de Santana também será aumentado.

10 - A privatização dos serviços de água e saneamento poderá tirar da população mais pobre o sagrado direito ao acesso á água tratada, por

incapacidade de pagamento, aumentando o problema da saúde pública” (DOC 2).¹⁶

A privatização da EMBASA adquiria valor semelhante às que já haviam sido efetivadas, como as privatizações da Coelba e Telemar, só para ficarmos nestes dois exemplos, ou seja, uma política de ajuste de um determinado governo, comprometido com as políticas neoliberais em que o Estado é desobrigado de algumas funções e para isso responsabiliza o indivíduo na sua relação com o mercado para ver aquelas necessidades atendidas.

Para Andrews & Kouzmin (1998) as políticas neoliberais mascaram as formas de subordinação política e econômica por meio de agilidade discursiva, colocando a administração gerencial como a única alternativa para os fracassos das políticas sociais do governo. A teoria da Nova Administração Pública reproduz o conteúdo ideológico da teoria neoliberal da Escolha Pública, que prega a diminuição do tamanho do Estado e desregulação da economia para aumentar a *governança* (capacidade do Estado de tomar decisões efetivas) e a *governabilidade* (capacidade política de intermediar interesses) no Brasil.¹⁷

Os meios que o discurso “técnico-científico” da cúpula de governo propõe para atingir a governança são as privatizações (denunciada pelos críticos, pela sub-valorização do patrimônio público, como ideológica), a terceirização e da transferência de serviços públicos para organizações não-governamentais, ou “publicização”. Ainda faz parte desta fórmula¹⁸, a implantação da administração gerencial e a separação dos momentos de formulação da implementação de políticas públicas.

[...] era um projeto que o governo Fernando Henrique Cardoso já tinha combinado, do ano de 99, com o FMI que iriam realizando privatizações, entre elas seria a privatização da água. E depois um documento assim muito forte que tínhamos, era que tinham assinado um acordo, a Caixa Econômica com o governo da Bahia, e o governo da Bahia recebeu antecipadamente quatrocentos e cinquenta milhões de reais. Claro, essa foi uma coisa que a gente não podia, é não podia dizer que não estava feito. Eles receberam já o

¹⁶ Documento 03 (em anexo): “Movimento água é vida – contra a privatização da água- informa”: “10 motivos contra a privatização da EMBASA. Pode-se observar como o nome do Movimento assume diretamente a campanha contra a privatização. Ao final ainda se lê o seguinte: “DIGA NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA EMBASA. COBRE DO SEU VEREADOR O VOTO FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR

¹⁷ Ver também BRESSER PEREIRA, 1998.

¹⁸ Centradas sobre o paradigma do racionalismo econômico e a concepção centrada no mercado, essas teorias estão constantemente sendo reinventadas “permanecendo em silêncio sobre a necessidade de fazer mais do que apenas substituir as políticas sintonizadas com classe, ideologia e mudança radical, com questões de diferença e políticas de identidade” (ANDEWS & KOUZMIN, 1998:18).

dinheiro antecipado antes de privatizar, antes de autorizar essa privatização. Claro, era uma decisão totalmente de cima e tinha que ir pra frente. (Ent. 04)

Entretanto, nessa mesma conjuntura, o caso estudado demonstra que a sociedade não fica inerte diante da agilidade discursiva do nível político, esboçando reações diante das manobras que denunciam os reais objetivos dos governos:

[...] Mas, aí aconteceu, que veio toda aquela questão, aquela onda da privatização da água que todos os estados, quase todos os estados, por exemplo, apareceu a questão da água, até mesmo a nível de América Latina, não sei se você se lembra. Da Bolívia, não é? Foi sufocando assim e aí a Igreja de Feira, entrou nessa questão na luta contra a privatização da EMBASA, porque então sabia-se que a EMBASA, que já havia até um contrato de um órgão daqui ligado a questão de água com a prefeitura municipal e também a EMBASA, inclusive já havia recebido, senão me engano, um dinheiro, alguma importância antecipada de milhões de reais. E aí, começou-se a questão da privatização da água e passeatas pelas ruas, caminhadas, abaixo-assinados e folhetos e constantemente aconteciam estas manifestações. Seminários também, o SINDAE foi também um apoio muito forte [...] Um desses seminários foi justamente a questão da água, um desses seminários. E veio até um professor da UFBA entendido em política de saneamento [...] (Ent. 05)

O Estado “robusto”, paradoxalmente, necessita de dinheiro em caixa para produzir seu próprio empobrecimento (SANTOS, 2003):

Então, esta questão, como eu falava, a presença do Professor [...] foi importante porque ele nos forneceu toda essa documentação. Porque aí claro que quando você chegava lá em cima, dizia não, não, pois isso tá aqui anotado e vocês assinaram isso. Então você não tem por onde sair. Eles nos forneceram informações, por exemplo, a nível de outros países, como tinha ido a privatização. [...] Na Inglaterra realmente tinha sido nefasta a entrada das privatizações, em concreto a questão da água. Então, nós soubemos que na Argentina, que na Inglaterra, os dois lugares se tinha privatizado 100% , tinha sido nefasto, tinha subido as taxas e não tinha melhorado os serviços, e os que mais sofreram foram os mais carentes, então as conseqüências que nós percebíamos [...] (Ent. 4).

A idéia de que o setor público é ineficiente, desperdiçador, e que o Estado necessita instalar mecanismos disciplinadores que permitam controlar o comportamento predador das ações clientelistas dos burocratas e dos políticos que lhes dão suporte, encontra nos fatos

analisados uma comprovação e ao mesmo tempo uma negação. Um paradoxo, portanto. O que denuncia a falácia ideológica que pode se esconder por trás dos argumentos aparentemente lógicos.

No entanto é oportuno enfatizar aqui como para movimentos sociais com alguma influência da Igreja Católica, a “privatização da água” assume uma dimensão ética diferenciadora se comparada às outras tentativas e mesmo efetivas privatizações realizadas pelos governos. O Pe. Alfredo J. Gonçalves (GONÇALVES, 2004) deixa claro essa perspectiva exatamente em um texto em que discute a Campanha da Fraternidade da CNBB de 2004 que teve o Lema: *Água Fonte de Vida*:

Um olhar sobre o nosso dia a dia, ainda que superficial, mostrará que alguns bens naturais são absolutamente indispensáveis à vida e à sobrevivência. Entre eles, o alimento, o ar, a luz, e, claro, a água. Muitas coisas que utilizamos com naturalidade, mesmo sem ser supérfluas, podem ser dispensáveis do nosso cotidiano. **Cada cultura cria necessidade que não raro, podem ser deixadas de lado, sem prejuízo para a sobrevivência. Mas o ar e a luz, a comida e a água não há como suprimir. Sem esses elementos simplesmente não há vida.** [...] De um ponto de vista ético e religioso, aquilo que é vital à sobrevivência não pode ser acumulado ou comercializado com vistas ao lucro de poucos. Entra aqui o conceito de função social da propriedade privada, tão recorrente na Doutrina Social da Igreja. Diante destes recursos naturais, sem os quais a vida corre perigo, levanta-se um imperativo ético. Não se pode privar as pessoas e outros seres vivos, do oxigênio, da água, da terra, do alimento, da saúde. A vida está em primeiro lugar! Vender e comprar água de forma indiscriminada, utilizando apenas critérios de mercado, é uma grande ameaça à vida em todas as suas formas. [...] As leis do mercado devem estar subordinadas a essa exigência ética, e as políticas públicas devem garantir sua realização (GONÇALVES, 2004, p.78).

Pelo que foi visto a questão que envolveu a privatização da EMBASA impôs ao Movimento uma nova dinâmica de ação, e, portanto, torna-se fundamental descrever mais detidamente esta intenção e identificarmos sua capacidade de articulação neste embate direto com o Poder Público, tanto o Executivo, como o Legislativo e também saber quando foi possível o confronto e o diálogo e quando a vontade e necessidade do protesto se fizeram presentes.

4.1.3 O Movimento Água é Vida e a Sociedade civil contra a privatização da EMBASA: ampliação e fortalecimento.

Olhando a trajetória do Movimento Social Água é Vida foi possível identificar momentos de maior tensão, onde os confrontos ocorriam como parte de uma reação singular, mas sempre conectada a outros processos de natureza econômico-política mais ampla, que se pode associar, no âmbito, principalmente da conjuntura dos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) / Antônio Carlos Magalhães (ACM) / Prefeito de Feira de Santana, com a Reforma do Estado Brasileiro¹⁹.

Pode-se observar que alguns depoimentos enfatizam a importância que teve a luta contra a privatização da Embasa e identificam também este momento como um momento de ruptura por considerá-lo como modificador nas suas formas de luta e organização. Essas mudanças influenciaram suas atividades e formas de mobilizar a sociedade em geral que, por vezes, surpreenderam os próprios membros do grupo, principalmente pela capacidade de pressionar e de também fazer mover-se o poder público que também precisava responder de alguma forma as pressões sofridas. Este momento precisa ser descrito com mais detalhes.

Após ter enviado o Projeto de Lei que objetivava receber do Legislativo Municipal a autorização para privatizar o sistema de abastecimento de água e esgoto que é uma concessão municipal à EMBASA (Empresa Baiana de Água e Saneamento), o poder Executivo providenciou um processo de urgência para evitar maior desgaste através da opinião pública. Apesar de já está de alguma maneira informada, a sociedade civil não podia prever, nem “adivinhar” quando o projeto chegaria à casa Legislativa. Segundo os depoimentos, os canais de diálogo no decorrer do processo não foram abertos e, pelo contrário, havia evidências de que o projeto teria que ser aprovado de preferência sem muitas discussões no próprio Legislativo, quanto mais no que se refere à sociedade organizada. É necessário ver como tudo isso aconteceu e como o grupo reagiu à aprovação do projeto:

¹⁹ A Reforma do Estado brasileiro se inicia frouxamente com o governo Collor, e vai alcançar força no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, com a instituição do Ministério da Administração e Reforma de Estado – MARE. A tecnologização da política (OLIVEIRA, 1998), busca mudar a ênfase dada pela Constituição Brasileira de 1988 aos direitos sociais e deveres do Estado, para a responsabilidade e solidariedade dos indivíduos, transformando a “ação estatal em ação pública” (CARDOSO, 1998). Esta posição explícita a favor da desobrigação do Estado, privilegiando a ação reguladora, mantém seu papel de prestador restrito aos serviços não-lucrativos, o que não é o caso da energia, da telefonia e muito menos do abastecimento da água.

Olha, chegou esse projeto de lei, que o prefeito enviou à Câmara de Vereadores, esse projeto, pedindo autorização para que o governo do estado realizasse a...encaminhasse a privatização. Então isto aconteceu que chegou em Feira e penso que chegou em todas outras cidades da Bahia. Então nós fomos lá, nessa reunião que tivemos, de todas as associações, movimentos e grupos, diferentes grupos, fomos à assembléia e a Câmara Administrativa, e aí que aconteceu? Pois que, percebemos que estava a coisa feita, tão feita que queriam fazer uma votação um dia, urgente, urgente, urgentíssima, que eu falava. Um dia se votava, com duas votações, no dia seguinte se votava já definitivo. E, então vimos que, e a maioria, todos, menos três vereadores, e já estava já definido, e realmente não tinha por onde sair, não se admitia um debate, em absolutamente nada. Então, logo votaram, no final...porque nós tínhamos antigamente marcado uma reunião, logo que terminou a sessão, *“olha está aprovado legalmente mas, nós não paramos aqui, viu?”* Fica marcado e continua marcada aquela reunião que tínhamos (Ent. 4).

A Câmara aprovou o projeto de lei em regime de urgência considerando que, uma vez, aprovado, fato consumado, isso por si só, já seria suficiente para frear as ações de resistência que se insurgiam da sociedade, lideradas pelo MAV. Entretanto, uma reação inesperada, de intensidade admirável até para os próprios líderes do movimento, precipitou uma cascata de acontecimentos, fruto de uma agenda composta por atividades voltadas para a mobilização popular, em pressão contra o legislativo local, com forte apelo simbólico.

Então, essa reunião que já estava marcada não se suspendeu, pelo contrário, se remarcou dizendo, nós vamos ver o que fazer. Então, aconteceu essa reunião posterior à aprovação, e foi interessante a reação do povo, a reação do grupo, que parece que eles pensaram que feita essa aprovação, pois tudo ficava barrado não?. E além do mais que coincidiu com a época em que o Dom Itamar, o Bispo, que era alguém que estava contra essa privatização, não estava naquela época. Então eles pensaram que era numa forma assim, fazendo tão rápido e sem a presença deles em nada... mas é o que foi interessante foi essa reação do povo, que *“não, não, isso não é por aí não!”*. Então nós fizemos um plano de atividades que íamos realizar. E nesse plano de atividades entraram vários planos, primeiro que queríamos fazer uma celebração de sétimo dia, (sorrisos), nós demos um sentido assim como que tinha morto alguém e tínhamos que celebrar o sétimo dia [...] Então o sétimo dia era, na celebração do sétimo dia, não colocamos missa, colocamos celebração com esse espírito ecumênico, não? E aí, ao sétimo dia fizemos a celebração. [...] Nós tivemos essa celebração de sétimo dia, e nessa celebração foi interessante, porque superou um pouquinho o que nós pensávamos, a princípio foi um dia de chuva, muito ruim. E a princípio nós pensávamos em fazer uma caminhada da Câmara de Vereadores até o estacionamento da prefeitura. Mas, que aconteceu: primeiro que quando nos concentramos, primeiro tínhamos a presença até muito boa para o dia de chuva que fazia. E, segunda presença também de padres era muito grande. O que não se imaginava, pois o bispo não estava, ao contrário: a presença foi quase total da cidade. E não só isso, pois tinha um pastor e como estávamos na frente da Câmara de Vereadores, alguns sugeriram a possibilidade de

entrar. Em silêncio, sem bagunçar, nem nada, para marcar presença. Então, foi uma coisa interessante se ter pensado isso, até de batina entramos, [...] na frente, dentro da Câmara de Vereadores. Passamos, demos uma volta e saímos. Isso foi muito forte, o impacto que teve isso, não? Porque, claro, eles não imaginavam que...Então, no dia seguinte alguns até questionaram, como a Igreja fazia isso. Mas nós simplesmente fomos uma presença silenciosa, mas que alguns não gostaram, que pensaram que estávamos fazendo rituais aí, de outras religiões, tipo Umbanda (sorrisos). Alguns acusaram ainda. Bom, e depois fizemos a caminhada e encerramos na praça da prefeitura, digo no estacionamento da prefeitura com uma declaração que fizemos conjunta, tanto o vigário em geral, Padre Dalto que já morreu, e em representação do Bispo fez um apoio em relação a essa luta em favor da água como sinal de vida e contra privatização. Isso foi interessante, depois algumas intervenções, mas ficou assim bastante claro essa atitude (Ent. 04).

É importante, aqui, chamar à atenção, sobre a capacidade do movimento de trabalhar com as mensagens em um nível simbólico que resulta bastante mobilizador. A chuva, que num dado momento pode ser um elemento perturbador da programação estabelecida, se converte em signo de características polissêmicas (vários sentidos), todos perfeitamente favoráveis à causa que é objeto de luta. É lágrima, tristeza que vem do céu, em direção aos homens. É anúncio, é punição. É necessidade vital em uma terra semi-árida. Portanto, sua ausência, sua “privação” só pode significar a morte. Dessa forma, privatizar é, também, privar. Por isso, o “plano de atividades” incluía uma comemoração do 1º de maio, no distrito de Jaíba, quando foi então, realizado um enterro simbólico:

[...] foi uma coisa também um pouquinho forte, porque até se queimaram uns caixões, não é? (sorrisos) Tinha caixão com o nome do prefeito e outro com nome dos vereadores. Foi um pouquinho duro, mas não pretendia ofender, simplesmente dizer: puxa! Como um protesto, um protesto não? Então, esse protesto teve uma repercussão neles também (Ent. 04).

As ações mais pontuais, ou mesmo os protestos, contra a privatização, não tinham intenção por parte do grupo de fechar o diálogo com as instâncias governamentais. No entanto, o mesmo, segundo o entrevistado, não era válido para as autoridades do poder público:

[...] em todo esse processo também nós sempre lançamos possibilidades de diálogo. Nós tivemos, escrevemos alguma carta ao prefeito pedindo uma entrevista com ele pra, nunca, acho que foram duas vezes, duas vezes. E nunca combinou conosco uma entrevista. Com os vereadores tivemos.

Tivemos que eu saiba uma, uma ou duas. Eles aceitaram, mas acontece que a participação deles foi muito pequena, não?. Mas bem, houve possibilidades de dialogar, que depois não veio para frente porque a coisa já estava bastante definida por cima. Era uma ordem por cima (Ent. 04).

Bom, então nessa situação, já digo, nós vimos que aí não era questão de diálogo, sim porque eles não aceitaram nada, porque antes os vereadores nessa última reunião que tivemos, eles falavam: ‘falem com o prefeito, nós estamos... E eles estavam simplesmente obedecendo o que mandavam (Ent. 04).

O Executivo municipal conseguiu aprovar o seu projeto de lei que autorizava a privatização da EMBASA com 18 vereadores votando a favor e apenas três contra. Numa reunião com alguns vereadores e mais o presidente da Câmara, como acima já se relatou, se percebeu como os edis vinculados ao partido de sustentação do governo municipal ficavam com dificuldade de assumir ou expressar as suas posições referentes ao tema.²⁰

Segundo os entrevistados, diante da inflexibilidade do governo municipal o grupo resolve mobilizar a sociedade civil para apresentar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular com a permissão de pelo menos 5% do eleitorado do município. Essa possibilidade da sociedade poder apresentar um Projeto de Lei, embora constitucional, desde a Carta de 1988, não tem acontecido com frequência²¹. Os relatos seguintes elucidam como nos municípios a aplicação da Lei pode ser dificultada por regulamentações ainda não realizadas ou por dispositivos como regimentos internos, entre outros, que a julgar pelos depoimentos, no caso específico em questão, parecem possuir mais a intenção de evitar a tal aplicação legal do que zelar por ela.

Então nós pegamos a lei, não é? A Lei da Câmara, a Lei Orgânica, da Câmara, não é? E vimos que se podia fazer. Tivemos pequena complicação porque fizemos, e logo tínhamos umas condições, tinha que ser a mesma Câmara que nos fornecesse os papéis, tudo isso. Aí, ainda bem que no início consertamos, porque senão teria sido inválido, tudo. Então a partir daí nós entramos nesse projeto, né? Projeto de Iniciativa Popular, que era um projeto que com 5% dos eleitores de Feira de Santana podiam entrar com um projeto de lei na Câmara, e nesse projeto de lei que nós queríamos mudar, era para revogar essa lei, e voltar para trás, a pertencer a órgão público a questão da água. [...] (Ent. 04)

²⁰ Em uma Carta dirigida ao Redator Chefe do Jornal Tribuna Feirense, datada de 27/ago/01 a Coordenação do Movimento agradece a reunião concedida pelo presidente da Câmara com a presença de alguns vereadores, mas lamenta a pouca importância dado pela maioria dos vereadores ao assunto da privatização e ainda o documento ressalta ter estranhado as declarações de um dos vereadores presentes por ele não ter se manifestado, na reunião a favor da privatização e que depois em uma rádio local tivesse feito defesas ao projeto de privatização da Embasa. Ver Anexo, doc 6.

²¹ Ver, na Introdução desta dissertação, nota 01 sobre o estudo do professor Elenaldo Celso Teixeira e os mecanismos de participação.

Nunca tinha acontecido uma iniciativa de ordem popular, não né? Então aí era uma questão assim, e era isso que eu queria comentar. Foi uma questão difícil, porque nós tínhamos pego uma vez, umas quarenta mil assinaturas, mas só era número de identidade, então era muito fácil. mas aqui você precisava título de eleitor, e precisava colocar endereço, então isso era uma dificuldade grande, tinha pessoas que tinha medo. Então o grande valor dessas assinaturas, que com todas essas dificuldades, sendo que você tinha que pegar essas assinaturas que tinha que ter o número do título de eleitor, e não podia pegar, e que tinham que ser eleitores de Feira e não podia ser de fora, e de início tivemos muito cuidado com isso, ainda depois eles acusaram, mas a gente pode provar porque. Olha, você pode dentro dessa quantia, entra alguma, mas nós tivemos cuidado de mostrar que tinha de ser pessoas eleitores de Feira. Eu por exemplo como não era eleitor de Feira, não podia assinar, e não assinei. A gente reservou isso, porque era muito mais difícil que uma assinatura simples colocando a identidade, o registro. Então, com o medo que alguns tinham de colocar o número do título de eleitor, e ainda assim conseguimos toda essa quantidade, e esse projeto nós apresentamos na Câmara. [...] (Ent,04)

Tendo o MAV, aumentado e utilizado o seu capital simbólico enquanto catalizador das situações de tensão e confronto surgidas durante o processo passa este a usar estratégias voltadas para o incremento do seu poder político, do envolvimento de outros atores sociais organizados como sindicatos e igrejas evangélicas em um movimento mais abrangente, com maior força, capaz agora de fazer reverter a lei pela lei:

[...] e aí organizamos passeatas, romarias, missa, chamamos mais pessoas para agregar o movimento, buscamos políticos, buscamos sindicatos que ainda não estavam incorporados, buscamos associações. E a adesão foi assim surpreendente [...] Arrecadamos 23.400 assinaturas. nós ficamos até quase três horas da manhã, separando, contando, olhando se tava tudo direitinho, conforme era exigido né? que foi um projeto de iniciativa popular. [...] Antes nós tínhamos feito outro abaixo-assinado, mas vimos que não ia dar resultado e partimos pra Lei de Iniciativa Popular. E fizemos uma manifestação muito boa nesse dia. Conseguimos mobilizar mais pessoas e entregamos na Câmara, entre essas pessoas que representaram, nesse dia, tava o Bispo, representantes de Igrejas Evangélicas, representantes da sociedade civil, de vários segmentos (Ent. 01).

[...] Então nós iniciamos esse processo, recortando assinaturas por bairros, visitando, também divulgando bastante na imprensa, nas celebrações, por exemplo, a nível de Igreja Católica nós tivemos uma presença muito forte, Dom Itamar mesmo lembrou naquela celebração de “Corpus Christi” que o pessoal levou para casa, todo mundo, folhas para preencher, foi um projeto assim muito interessante, pois precisamos treze mil assinaturas e conseguimos vinte quatro mil. Aí, não tinha como...conseguimos quase o dobro [...] (Ent. 04)

Este episódio evidencia o que Jacobi (2002) entende como a possibilidade de se modificar a institucionalidade pública a partir das demandas estruturadas pela própria sociedade. Esta influência da sociedade impõe uma demanda de “publicização do Estado”:

O que está efetivamente em pauta é o alcance de democratização do aparelho estatal, notadamente quanto a sua publicização. Dito em outros termos, trata-se de pensar sobre a participação da população e a sua relação com o fortalecimento de práticas políticas e de constituição de direitos que transcendem os processos eleitorais e seus freqüentemente ambíguos e ou contraditórios reflexos sobre a cidadania (JACOBI, 2002, p. 445).

Também Habermas, citado por Pereira (2001), evidencia como se constitui ou se constrói essa agenda pública quando afirma que os movimentos sociais:

Ofensivamente, eles tentam colocar questões de relevância para o conjunto da sociedade, buscam interpretar valores de novas maneiras e mobilizar-se pelas boas causas, renunciando às más, além de exercerem pressão sobre os parlamento, a justiça e os governos em favor de determinadas políticas. Defensivamente, eles tentam preservar as estruturas associativas da esfera pública e produzir contra-instituições e esferas públicas alternativas. Buscam ainda consolidar novas identidades coletivas e ganhar novos terrenos na forma de direitos ampliados e instituições reformadas (p.101-102).

A própria idéia do projeto colocava o Legislativo em dificuldade. Pois obrigava aos vereadores a votarem novamente o mesmo projeto, desta vez, por pressão da sociedade civil, aliada a uma expectativa de revisão de posição e ainda num segundo artigo do projeto que apresentava a proposta de municipalização do serviço de água e esgoto. Segundo os entrevistados, os vereadores ficaram mais incomodados em tomar posição em relação ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular do que quando aprovaram a privatização da EMBASA, pelo projeto inicial do Executivo. Assim, rejeitar a revogação da Lei de privatização tornou-se algo anti-popular.

Votar contra esse projeto era complicado, porque era uma quantidade grande e já estava em algumas câmaras, Jequié então, que se tinha reparado grandes problemas, e em algumas tinha se revogado, como em Ilhéus e voltado para trás. Então aí, tinha uma grande preocupação, e que não queria...votar, porque votar, era complicado para eles, ainda que votassem contra, podiam

fazer, continuarem contra o projeto que nós preparamos e pedíamos a revogação da lei, eles podiam rejeitar o projeto. Mas ainda assim eles tinham medo [...] (Ent. 04)

Os Projetos de Iniciativas Populares, como o que foi encaminhado pelo MAV, indicam plenamente que os seus proponentes têm uma visão ampliada sobre o Estado e a política, mas também sobre a participação. Para problematizar a questão se pode indagar: o que o MAV realmente queria com esse projeto de iniciativa popular se o projeto de privatização fora aprovado da forma que foi, numa contagem de 18 vereadores a favor e apenas três contra a privatização?

Da questão suscitada pode-se ver claramente a importância simbólica atribuída pelos membros do MAV à política, seja para significar ou potencializar o que já havia acontecido e, bem provável, se repetiria, seja para preencher de conteúdo significativo e, portanto, mobilizar os movimentos sociais e grupos diversos, que por conta da forma que o projeto fora encaminhado à Câmara, não puderam se articular antes.

Esta é uma visão ampliada da política, porque compreende que muitas vezes o seu ‘campo de ação é o espaço público onde os diversos atores “aparecem”, se fazem presentes para serem vistos e ouvidos por todos’(p.50) ou simplesmente porque produzem símbolos para reconhecimento e comunicação da solidariedade entre os grupos (TEIXEIRA, 1998, p.51).

Essa perspectiva nos permite analisar que o MAV, nesse momento, apresenta uma atuação que se pode chamar de participação cidadã²², na medida em que:

[...] utiliza-se não apenas de mecanismos institucionais já disponíveis ou a serem criados, mas, articula-os com outros mecanismos e canais que se legitimam pelo processo social. Não nega o sistema de representação, mas busca aperfeiçoá-lo exigindo a responsabilização política e jurídica dos mandatários, o controle social e transparência das decisões (prestação de

²² O mesmo autor, deixando mais claro os seus enfoques, afirma: “A participação cidadã diferencia-se da chamada ‘participação social e comunitária’ na medida em que não objetiva a mera prestação de serviços à comunidade ou à sua organização isolada. Também não se trata de simples participação em grupos e associações para defesa de interesses específicos ou simples expressão de identidades. Tais elementos podem estar presentes no processo, porém seus objetivos são mais amplos. Embora essencialmente política, desde que se constitui numa atividade pública, e de interação com o Estado, distingue-se da atividade política *stricto sensu*, uma vez que se sustenta na sociedade civil e não se reduz aos mecanismos institucionais, nem busca o exercício do poder” (TEIXEIRA, 1998:37).

contas, recall) tornando mais freqüentes e eficazes certos instrumentos de participação semi-direta tais como plebiscito, referendo, iniciativa popular de projeto de lei, democratização dos partidos” (TEIXEIRA, 1998:36).

Voltando aos encaminhamentos dados pelo poder público sobre o projeto de Lei de Iniciativa Popular, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Vereadores resolveu declarar o Projeto de Iniciativa popular como inconstitucional, alegando que, ao estabelecer em um dos seus artigos a municipalização do sistema de abastecimento de água e saneamento, o projeto extrapolava sua competência. Para o grupo aquela situação colocava em pauta duas vias para tratar a questão:

[...] uma via que foi declarar que o projeto era inconstitucional, né? Tinha dois artigos, um deles era revogar a lei que tinha sido revogada, (sic) e o segundo era que a prefeitura encaminhasse para que o serviço fosse municipalizado. Dizem que isso não podia fazer, a Câmara não podia pedir uma coisa que expunha dinheiro para a prefeitura, mas isso foi má vontade, porque aqui por exemplo o problema é social, aqui por exemplo em Petrolina estão querendo municipalizar, é estadual, mas é, o estado não queria, mas o município quer. [...] Nós aceitamos a possibilidade de até tirar esse artigo. Não tinha nenhum problema. Respeitamos totalmente o espírito do projeto. Mas, eles não aceitaram porque pra aceitar isso significava não aceitar o projeto. Foi assim nesse momento, quando estava assim esta situação que apareceu cada vez mais ambiente contra a nível de toda Bahia, cada vez mais próximo das eleições, e, então, Antônio Carlos Magalhães apareceu comunicando que como ia privatizar se o povo não queria? Uma versão muito ...(sorrisos). Então diante disso, as Câmaras enviaram projetos para revogar a lei. Algumas já tinham revogado, as que tinham coragem e tal, eu lembro que Conceição de Feira revogou [...]” (Ent. 04).

Um destaque proposital, no depoimento, para que se perceba que, somente depois da “autorização” dada pelo líder político dos partidos de sustentação do governo estadual, e um dos principais líderes nacionais do PFL, é que o poder Legislativo e o Executivo do município de Feira de Santana resolveram a questão.

[...] tivemos uma reunião, uma assembléia na Câmara para aprovar esse projeto nosso, pelo qual eles votaram dizendo que era inconstitucional. Então qual foi a coisa quando estávamos abandonando a Câmara, aí disse espera aí um momentinho: “*aqui tem um projeto do prefeito*”, e o prefeito enviava um projeto de lei, que revogava o projeto que ele mesmo tinha criado, com o qual, praticamente era um projeto igual ao nosso, único que

era enviado pelo prefeito. [...] Você tem que reconhecer que aprovar o nosso era complicado. Agora aprovar o do prefeito que era o mesmo que nós pedimos, o artigo primeiro era exatamente igual, não é? Revogando a Lei anterior e tal. Então aí, voltou para trás. [...] Exatamente, os mesmos que votaram a favor da privatização, de autorizar a privatização, são os mesmos que votaram para revogar esse processo. Foi realmente uma coisa que mostra assim a pouca capacidade de decisão que tem os vereadores nesse sentido, porque eles não podem funcionar assim, somente é o que manda ! Então aí, não tem nenhuma capacidade. (Ent. 04)

Embora o projeto de Lei de Iniciativa Popular não fosse aprovado na Comissão de Justiça da Câmara, os mesmos vereadores que aprovaram o projeto do Executivo Municipal tiveram que aprovar a revogação da Lei, que autorizava a privatização, sem quaisquer justificativas. Eles livraram-se de ter que assumir uma posição sobre o Projeto de Lei de Iniciativa Popular mais foram obrigados a recuarem na posição anterior de privatizar a EMBASA:

A Câmara preferiu não aprovar o nosso projeto, mas revogou a Lei que tinha aprovado anteriormente. Os mesmos vereadores que votaram pela privatização, votaram revogando a Lei da privatização, não é?. Bom, isso pra gente satisfaz, porque o que nós queríamos era exatamente isso, o fato de nosso - claro, que se tivesse aprovado esse projeto de Lei era interessante pra ficar na história, de ter um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, aprovado. Mas o objeto foi cumprido, né? (Ent. 02)

Então esta história da questão da água, graças a Deus, aqui em Feira de Santana foi resolvido. É... Mas continuamos (Ent. 01)

No cenário nacional os caminhos políticos se apresentavam instáveis. Nessa época, ACM enquanto presidente do senado, juntamente com outra liderança do PSDB, partido do governo federal na época, tem seu mandato ameaçado com uma denúncia de violação do painel eletrônico. Esse fato político fragilizou a sua posição perante a própria bancada parlamentar do estado, levando-o a buscar sustentação política no “povo baiano”. Se esta análise é correta, o movimento contra a privatização da Embasa sofreu uma ajuda “providencial” jamais imaginada, embora muito esperada.

A partir desse momento o governo estadual resolve, diante do crescimento do movimento contra a privatização da Embasa, movimento maior, no qual se encontra

englobado e engajado o Movimento Água é Vida, autorizar os representantes parlamentares, àquela época, quase em sua totalidade controlados pelo PFL baiano, a revogarem as leis municipais que autorizavam a privatização. Qual a influência dessas circunstâncias políticas gerais nos desdobramentos que são relatados, este estudo não pôde investigar e responder.

Outra indagação que poderia suscitar interesse diz respeito ao real peso que teve a mobilização da sociedade civil em Feira de Santana e também na Região contra a privatização da Embasa para fazer com que o governo do estado voltasse atrás na decisão de privatizar a empresa de água e saneamento. Essa indagação importante não faz parte dos nossos objetivos e não podemos nos deter sobre ela, mas o fato do próprio senador ter revisto a sua posição anterior à respeito da privatização e ter assumido isso em um programa de rádio regional evidencia ou pelo menos indica alguma preocupação em relação às mobilizações na região, lideradas e influenciadas pela ação do Movimento Água é Vida.

4.1.4 A Consolidação

[...] Não era só não privatizar.

Água é uma questão que tem que se cuidar. (Ent.4)

A privatização da Embasa, apresenta, de forma exemplar, a comunhão do particular com o universal, na medida em que concretiza, enquanto forma de luta social datada e objetivamente definida, o conflito entre um movimento estruturado de governo, voltado para a privatização do bem público, e outro movimento, popular, heterogêneo, formado por forças oriundas de instituições diversas, algumas dissidentes do próprio Estado em defesa deste mesmo bem, ou de outro maior, que é a saúde, entendida como vida. Nesse momento, a concepção de saúde que se encontra por detrás, é esta mais antiga, mais fundamental, relacionada à sobrevivência dos indivíduos e da espécie. Com a evolução do movimento, *pari passu* com as questões que são colocadas nos espaços públicos de atuação da Saúde Coletiva, outra dimensão vai surgir e configurar, até sustentar a própria ampliação do movimento, que vai passar a atuar em prol da saúde ambiental, relacionando-a a qualidade de vida. Não é preciso apenas ter acesso à água, mas à água limpa, tratada, ou seja, despoluída. Para isto é necessário cuidar das fontes, dos mananciais, dos rios e lagoas, preservando o ecossistema, o ambiente, enfim. Água não é só vida, é saúde.

Então foi um primeiro ano que nós descobrimos que a água...nós colocamos um lema naquela época assim: “a água é saúde e vida se tratada, se cuidada, senão é fonte de doença.” Foi quando nós percebemos que uma das causas de doenças, mais forte que se tinha em morte de crianças , era por falta de saneamento básico, não? E foi aí quando nós entramos também e até recolhemos, fizemos uma coleta de fotos da realidade de Feira de Santana, nas quais você percebia essa falta de saneamento básico, estava colocando água, água podre em situações assim... na rua. [...] (Ent. 04).

Como já foi salientado o movimento sofre uma ruptura e incorpora uma nova diretriz, capaz de fazer o grupo se perceber melhor e até mesmo de deixar a sociedade reconhecê-lo enquanto grupo que deveria liderar aquela luta contra a privatização da Embasa. Neste processo, ao mesmo tempo em que o confronto direto contra a privatização acontecia concretamente, se percebe que era preciso denunciar e sensibilizar o poder público e também a sociedade civil para os problemas provocados pela água.

[...] a gente trabalhou mais esta questão do saneamento básico. [...] E a adesão foi assim surpreendente porque o tema água chamou a atenção não só destes segmentos organizados como de outras pessoas também (Ent. 01)

[...]Então a gente percebe como esse sentimento, essa questão da água é uma coisa necessária de cuidar, a questão do saneamento básico ligado ao tratamento da água, foi uma questão que foi sendo muito mais conhecida e, portanto, mais valorizada.[...] (Ent. 04)

Foi também muito importante saber articular os temas relativos à água com os da saúde, meio ambiente e saneamento básico - políticas públicas de caráter nacional, estadual – para que no âmbito do município pudessem receber melhor tratamento e mais atenção, inclusive da sociedade civil. Essa nova exigência concreta, à medida que o grupo atuava, se conformava cada vez mais, e o MAV, passava então a desenvolver uma outra dimensão da ação política: o de perceber os problemas e principalmente identificar as demandas públicas por saúde, agora também por saneamento e meio ambiente, sempre procurando uma dimensão ampla da política. É possível identificar em alguns momentos dos depoimentos essa perspectiva:

[..] Em Feira de Santana, hoje, ainda, cerca de 65% dos domicílios de Feira de Santana não têm interligação com a rede de esgoto, não é?, isso, a

Embasa reconhece isso, a secretaria de planejamento reconhece, em torno de 65%, quer dizer, somente 35% tem. Quer dizer, isso é muito grave, né?. E é claro que a rede de esgoto, como ele é um serviço caro, um serviço muito caro rede de esgoto, né? De esgotamento sanitário, quem fica excluído disso são as comunidades mais pobres (Ent. 02)

[...] Tinha lugares, fomos descobrir muitos lugares que tinham feito, tinha se colocado o asfalto e não se tinha feito o saneamento básico, nem esgoto. Então, percebemos que isso também era uma questão muito séria e grave, e que era uma questão também muito política. Claro, a questão de saneamento e tudo isso é muito cara, e além disso está escondido embaixo da terra.[...] (Ent. 04).

Para os membros do Movimento, seria necessário tornar evidentes as contradições das políticas públicas adotadas não só pela atual administração municipal, mas de muitas outras anteriores a ela, que sempre trataram o saneamento básico ora como gasto desnecessário que ficava “escondida embaixo da terra” como vimos acima, ora como problema que se podia ocultar com uma camada de asfalto:

[...] é outra coisa que nós fizemos já na Conferência Municipal de Saúde, também uma proposta nossa, que seria, que fosse feito um projeto de Lei, aprovado na Câmara. Sabe-se que é difícil mas não impossível, que qualquer prefeito, em qualquer época, pra que fizesse a pavimentação na rua, primeiro tinha que fazer rede de esgoto. Só que infelizmente né? essa proposta foi aprovada, mas infelizmente não saiu do papel e a gente vai lutar por isso também, por rede de esgoto (Ent. 03).

Tem lugares aqui, por exemplo, ali na Queimadinha, há casas que o prefeito, bom, o esgoto corria a céu aberto, o prefeito calçou a rua, né? Pavimentou a rua, mas não fez rede de drenagem nenhuma, nem esgoto. Transferiu o esgoto para o fundo da casa. O esgoto tá lá, ele se junta ali, não tem como sair. Então há muitas casas ali que você entra na casa, mas você não tem como sair pelos fundos da casa, né? Porque é um fato assim muito precário. Então essa situação nos chamou a atenção pra questão do saneamento, né? Foi até antes da luta pela privatização. Foi quando a gente agregou a questão da água ao nome do movimento, foi antes da luta da privatização (Ent. 02).

Essa realidade fica muito evidente principalmente nas casas próximo à Lagoa do Prato Raso, no bairro da Queimadinha²³. O depoimento seguinte relaciona diretamente o saneamento ao problema da saúde e demonstra a complexidade que envolve tal relação.

²³ Fato constatado a partir de observação direta, livre, que realizamos quando participamos da Romaria da Água, organizada pelos membros do MAV, em setembro de 2004, que levou os participantes aos bairros da Queimadinha e da Gabriela, visitando, respectivamente, a Lagoa do Prato Raso e da Fonte dos Milagres.

Quer dizer, se a gente não investir em saneamento e não conscientizar e educar a comunidade pra isso, né? pra que eles lutem por isso, agente vai contar com os postos de saúde abarrotados de gente porque, quer dizer, você tem uma “fábrica” de doenças, aí, funcionando permanentemente. A pessoa vai lá, procura o médico, é medicada, né?. [...] Aí ele vai pra casa toma o remédio, utilizando a própria água contaminada, etc, que boa parte nem água tratada tem. Então é tirando um verme e botando outro. [...] Ou a gente adquire essa consciência, essa capacidade de entender de que a gente tem que trabalhar na raiz do problema, que é a questão do saneamento e aí entra a questão da água, aliás a água ela é responsável, a água enquanto ela é fonte de vida, ela é responsável por uma série de, quer dizer, não é a água, o mal uso da água, o mal trato que fazemos com a água, não é? Muitas doenças, doenças de pele, doenças de verminose, né? Dengue, né? Calazar, várias doenças, né? São muitas que estão no nosso dia a dia que estão relacionadas com a água.[...]Estes são os fundamentos, a gente tem toda a argumentação pra se trabalhar a questão da água (Ent. 02).

Para consolidar o tema da água e do meio ambiente, o MAV quando não incorpora, pelo menos identifica como necessidade, a dimensão da conscientização e da educação. Para tratar da saúde, ou seja, da vida, é preciso cuidar das ruas, das cidades, mantê-las limpas, evitando o desperdício dos recursos escassos, para o qual torna-se necessário um trabalho de “conscientização”.

E sem falar em toda a discussão que está aí no mundo inteiro, da escassez da água pra o consumo humano, nas próximas décadas, não é? Quer dizer, a nossa cultura é uma cultura de desperdiçar. Desperdiçar muito, então a gente, e não saber se relacionar com a água, vamos dizer assim, não saber tratar bem desse bem tão precioso que a natureza nos deixou (Ent. 02).

[...] A gente tem talvez, uma cultura nossa de até você está andando na rua, você chupar um picolé, pegar o papel e jogar no meio da rua, o palito no meio da rua e cadê a conscientização sua de colocar no lixo? Outra coisa. O que falta muito na cidade é isso: você não tem o cesto de lixo na rua. Como é que você vai preservar as coisas? [...] Às vezes não tem onde jogar também. Faz parte da vida você querer ajudar, a pessoa pega e joga na rua. Isso aí é trabalho educativo e nós não temos isso na cidade[...] (Ent. 03).

[...]a proposta que eu vou colocar para o Água é Vida, de fazer uma conscientização da população com relação ao desperdício da água, desperdício de água. [...] Aqui a gente tem um desperdício de lavar calçada, lavar carro, de torneira estragada ficar jorrando água de as vezes[...] (Ent. 05).

Foi percebida também uma tentativa de sensibilizar professores, alunos e também gestores que se envolvem com a educação formal e as novas gerações, principalmente pessoas que não estão no dia a dia preocupadas para o problema:

[...] foi através dessa conscientização que nós fomos também, até naquele momento envolvemos as escolas, para descobrir tudo isso, não? As escolas, colégios e tal. E com essas fotos que nós fizemos uma coleta de assinaturas [...] E foi uma coisa simbólica, as sete mil assinaturas que nós recolhemos que também entregamos na Câmara.[...] (Ent. 04)

[...] É, aquela nossa discussão de saneamento nos bairros, nós sugerimos às próprias comunidades, quem fez isso foram às comunidades de fotografar, registrar com fotografias as questões, assim, críticas de saneamento, né? e aí depois, umas quatro ou cinco comunidades fizeram isso, eu diria muito bem feito, com os limites que cada comunidade tinha, limites técnicos, etc, mas nós estávamos com um acervo enorme de fotografias, registrando a situação da periferia em relação ao saneamento e aí fizemos duas exposições. [...] E nós ficamos o dia todo lá, com a exposição de fotos e distribuindo panfletos com as pessoas, foi assim, repercutiu muito bem. Muita gente parou lá, visitou, né ? Teve conhecimento daquela situação e nós fizemos isso por duas ocasiões aqui em Feira de Santana. [...] (Ent. 02)

Então, através desses depoimentos, aspectos das atividades cotidianas que vão engendrando a prática do movimento dão conta da incorporação de ações pedagógicas voltadas para o registro da realidade a partir de um olhar crítico das comunidades sobre si mesmas.

[...] Uma perspectiva nossa, que talvez seja para o futuro, mas que se torne é... disciplina nos colégios, a questão dos movimentos sociais. Porque as escolas, a gente sabe, que tem professores que levam pra sala de aula esta questão dos movimentos, mas não como uma disciplina do colégio. [...] (Ent. 03)

[...] Já fizemos um seminário entre as professoras municipais aqui, da rede municipal e estadual de ensino. Participaram vinte ou trinta professoras, mas isso é muito pouco do que possa mobilizar em Feira de Santana. Bom! A gente está querendo encontrar caminhos que a comunidade se envolva mais, se comprometa mais. Por que nós temos certeza disso, convicção disso, a partir da própria história, de que êxitos só virão se a comunidade se mobilizar e assumir suas bandeiras. [...]. (Ent., 02)

A ênfase na conscientização dos grupos e das comunidades em temas tão amplos, envolvendo educação, saúde, meio ambiente, por exemplo, numa perspectiva da participação por um lado e formação política do outro, deixa claro o tamanho das dificuldades que poderá encontrar o grupo para atingir seus objetivos.

4.1.5 A Formalização do compromisso e a resistência dentro do Conselho Municipal de Saúde

[...] Primeiro fazem a questão legal e depois acontece que falta o outro, falta a vida! Nós fomos na frente, a vida! O primeiro que foi, foi a vida, foi a luta, foi o compromisso [...] (Ent. 04).

Para finalizar esse percurso histórico, faz-se necessário discorrer sobre o Movimento Água é Vida nos dias atuais. Será relatado sobre a formalização do grupo, a partir de 2003, como uma Organização Não-Governamental (ONG) e ainda sobre a sua composição e de como são estabelecidas relações com outros grupos, entidades e participantes.

O processo de institucionalização do movimento até sua transformação em ONG foi feito através das práticas voltadas ao alcance direto dos objetivos, mas também da busca, como já foi expressa por alguns entrevistados, de uma crescente instrumentalização, espécie de “empoderamento” do próprio grupo, através da aquisição de uma “disciplina”, uma organização fundamentais para a estruturação da entidade, mesmo antes da sua formalização:

[...] O Movimento Água é Vida todo ano faz essa avaliação e faz essa programação. É...às vezes a coordenação se reúne antes, discute algumas propostas e na assembléia a gente coloca em discussão, se divide em grupo e aí tira a melhor proposta, né?, tanto de data de assembléia quanto de atividade...é, por sinal essa é uma herança muito boa de [...] ele fazia questão da disciplina, né?. [...] por que ele fazia...não era uma coisa assim só do ôba, oba, né...a gente sempre sentou pra discussão: como é que vai ser, como é que a gente pode apresentar, o que é que a gente pode colocar como proposta, e o fato dessa disciplina, desse empenho, né?, então as nossas reuniões não eram apenas na assembléia. Fora da assembléia tínhamos várias outras por mês, entendeu? Até chegar na

assembléia, mais ou menos organizado. Colocar a pauta...colocar a pauta para a apreciação e aí sim aprovar e começar a discussão. Então essa organização, no meu caso particularmente, me enriqueceu bastante, que as vezes, a gente vê que várias pessoas tem a boa vontade, mais falta aquele impulso na organização. Então eu acho que um dos motivos do sucesso do Movimento Água é Vida, né? É essa disciplina, essa organização, essa vontade, não de chegar na hora e fazer, mas de se preparar para fazer, entendeu? há toda essa discussão desde a escolha de assessor...por que fulano, por que sicrano..., entendeu? Tudo tem uma ligação, né? Não é a toa. A pessoa não cai de para-queda. Quando a gente realiza qualquer evento, seja seminário, seja debate, seja curso de capacitação, a gente chegou até a fazer um curso de capacitação para conselheiros, né? É... tudo isso, tudo isso foi, foi realizado com vontade mesmo, com preparação [...] (Ent. 01).

O próximo entrevistado deixa clara a relação entre a organização e a disciplina como maneiras mais apropriadas para se realizar as atividades e principalmente manter alguma continuidade. Além da preparação que antecedia as assembléias e eventos, a proposição de “normas básicas” que vão estruturar o movimento assegurando a sua independência dos indivíduos. Esse caminho a favor da longevidade do movimento se apresenta também como fruto do aprendizado prático de alguns membros, em suas passagens por outros grupos e movimentos. Também neste depoimento a regulamentação do movimento em entidade jurídica passa a ser um requisito importante tanto para a manutenção dessa organização como também para o fortalecimento da disciplina.

[...] então vimos que essa situação legal era bom e que ajudaria, não ? E ajudaria também para manter uma continuidade, porque, claro, senão é uma questão assim organizada como uma entidade, sem ter um estatuto, às vezes está uma pessoa está ou não está, se depender muito dessa pessoa se desfaz. Eu tinha já uma experiência de algumas associações grupos que trabalhei faz anos e percebi que aquilo que estava bem organizado, aquilo que tinha umas normas básicas e tal, podia permanecer, mas facilmente, que aquilo que estava possuindo um grupo bom, que luta e tal, mas que depende só dessas pessoas, se as pessoas faltam não funcionam. Então nós percebemos isso, e isso pode ajudar, não? Só isso não vai ajudar, vai ter que continuar sempre esse espírito, mas em princípio isso poderia ser bom e de fato ter essa mudança na diretoria, e tal e continuar funcionando. E já digo, para qualquer coisa que nós precisamos representação, ou estar presentes em algum lugar como entidade, eu acho que já favorece [...] (Ent. 04).

O alerta de um dos principais membros da diretoria, no depoimento acima, de que não era suficiente ser uma entidade formal para garantir o grupo funcionando e com capacidade de mobilizar a sociedade é bem apropriado, uma vez que o grupo atuou até então sem nenhuma existência jurídica, mas esse fato não impediu a realização dos seus objetivos nem também o reconhecimento da sociedade. Ou seja, a formalização jurídica tornava-se necessária cada vez mais que o grupo avançava nas suas ações e metas, mas por si só não poderia ser garantia de efetividade e continuidade. Essa dimensão da vida de uma entidade só seria garantida, como afirma os entrevistados, a seguir, pelo “trabalho” e pela “vida”.

Olha, geralmente quando se pensa em criar uma ONG e uma instituição, a primeira coisa que se pensa é em registrar, fazer estatuto, tudo direitinho... mas a gente fez o contrário: primeiro a gente foi pra lida, né? a gente foi pro campo de trabalho, a gente formou base, fincou os alicerces e aí quando a gente viu que estava dando certo que a gente precisava desta organização (Ent. 01).

Bom, o fato de ser uma ONG, eu acho que é bom no desejo de dar uma continuidade. É claro, que até mesmo quando nós fomos a órgãos públicos e tal, a verdade, como o prestígio, o valor, a valorização que tinha o movimento era grande pois fomos reconhecidos, acolhidos e tal, mas legalmente [...]. Não éramos ninguém, muito ao contrário, a gente percebe que alguns movimentos dos grupos primeiros são entidades e depois lutas, é claro (Ent. 04).

Dessa forma, conforme defendiam os membros da Coordenação, *o Movimento Água é Vida: em Defesa da Água e da Saúde*, torna-se uma entidade civil, sem fins lucrativos, com existência jurídica, a partir do dia 11/09/2003 (aproximadamente seis anos após as suas primeiras ações), quando foi realizada a sua assembléia de fundação.²⁴ Esta entidade deverá manter a mesma forma de funcionamento que antes da regulamentação, com uma Diretoria ou coordenação, que se reúne sempre que necessário e também para preparar as Assembléias mensais e os Seminários anuais, que também foram mantidos na forma anterior. Nos depoimentos seguintes tornam-se evidentes tanto a composição diversificada, a origem social dos participantes como a forma de relação que se estabelece entre os membros da coordenação e os demais participantes.

²⁴ Conforme cópia da Ata de fundação, aprovação do estatuto, eleição e posse da nova diretoria e do conselho fiscal do Movimento Água é Vida: em Defesa da Água e da Saúde, de 11/09/2003. Ver anexo, documento 7

Olha! A princípio a coordenação inicial, ela foi formada assim: Vimos alguns nomes que poderiam contribuir, né? E colocamos em pauta na Assembléia e foram aprovados. [...] então essas pessoas foram as que iniciaram o processo da coordenação e sempre a gente teve o cuidado assim de colocar diversos segmentos. Tinha Padre [...], que é da Igreja Católica, mas tinha pessoas também de outras religiões, né? Tinha gente também de associações, então a gente sempre procurou diversificar até mesmo pra que não causasse mal estar ou tendências, né? [...] e depois que se tornou, que a gente oficializou a instituição, né? a ONG, fizemos uma eleição. Só foi apresentada uma chapa. [...] Mais assim um dos objetivos é que tenha diferentes segmentos, né? (Ent. 01)

[...] Mas já são bastante diversificadas, nós temos comerciantes, nós temos estudantes, nós temos religiosos, nós temos professores, né? Eu acho que isso também é uma coisa boa e rica, né? essa heterogeneidade, diversificação é uma coisa boa, não é? Eu acho que isso só enriquece o movimento e nos ajuda a exercitar cada vez mais e a viver a democracia. Do ponto de vista das bases, é também assim. As bases também têm pessoas que tem algum nível de engajamento ou em alguma entidade, uma associação ou sindicato ou uma pastoral (Ent. 02).

Na verdade o movimento em seu processo de institucionalização torna-se uma “sociedade”, espécie de entidade cuja propriedade pertence àqueles que legalmente se “associam” a ela passando a gozar de certos benefícios mediante o cumprimento de determinadas obrigações.

[...] Nós temos os sócios, né? Nós temos um bocado de sócios, que são as pessoas que legalmente têm um poder na organização, têm direito ao voto, têm direito a ser votado é quem podem assumir os cargos de direção, etc. Na prática a gente não tem, a gente tem sempre trabalhado com quem está na assembléia sendo sócio ou não sendo sócio, claro ele não pode assumir cargos de direção, mas ele tem voz e voto igual a qualquer outro, a gente não tem feito, na hora de discutir, na hora de tomar alguma deliberação quem está na assembléia tem o mesmo voto, tem o mesmo papel, a mesma posição dos sócios da entidade, a não ser a respeito, a única restrição é que proíba dele ser eleito pra algum cargo. Bom! Quem está lá são pessoas que têm algum nível de engajamento, são pessoas que tem engajamento na pastoral da juventude, são pessoas com engajamento em alguma associação de bairro ou alguns sindicatos, também trabalhadores rurais, enfim, são pessoas que têm algum nível de engajamento, tem algumas religiosas, que também fazem parte dessa assembléia, mas são pessoas que têm algum nível de engajamento lá na comunidade (Ent. 02).

O trecho da entrevista a seguir permite compreender um pouco mais sobre o funcionamento da entidade, bem como perceber como a diversidade na composição torna o

MAV herdeiro de experiências e relações diversas, estabelecidas pelos seus membros, trazidas de outras instituições, outras épocas, à partir de outros saberes e práticas.

Olha! Veja uma coisa. Eu não trabalho praticamente com a saúde, eu acompanho os movimentos populares. O movimento de mulheres, eu faço parte do conselho baiano de Igrejas Cristãs, eu estou sempre presente no Água é Vida, o que mais? Por exemplo: Grito dos Excluídos, fórum de mulheres, tudo que acontece, se tem alguma coisa na Câmara, cuja votação é superexpressivo e precisa de um acompanhamento [...] (Ent. 05).

Mas então, eu participo do “Movimento Água é Vida” como militante, não é. Diríamos assim, vamos supor que, desde as coisas mais simples, de como ajudar por exemplo, a panfletar, trazer panfletos, panfletar no bairro. Ou então, por exemplo entregar nas escolas um convite para um encontro com os professores, para estudar a questão do meio ambiente [...] (Ent.05).

Eu não faço parte da diretoria. [...] Mas eu sempre tô presente nas reuniões. Eu só faltou, quando acontece de ter uma confluência de coisas, que eu não possa realmente ir. [...] Mas, eu tenho acompanhado, e inclusive como eu falei pra você, a gente discutiu o estatuto. [...] (Ent. 05)

Com a mesma entrevistada percebe-se que o MAV sofre também algumas reações dentro do seu próprio segmento. Ao lado dessas reações, no entanto, são preservadas as diferentes perspectivas sobre o rumo das ações, e os encaminhamentos do movimento²⁵.

Pra fazer isso, para uma assembléia, eles chamam a reunião mensal como se fosse uma assembléia do movimento. E aí, geralmente, as coisas são levadas pra lá, são discutidas, **quando chegam, às vezes, acontece de chegar um pouco prontas a gente reclama, não é? Porque...questão de pauta, tem que haver uma participação de todo mundo, mas eu acho que é válida a luta**, eu tenho a impressão que sim, e depois, também as pessoas, no momento, pra participar sim mais reduzido, mas tem gente com muita força, com muita garra, não é? (Ent. 05)

Pois é. Aí o que é que acontece? Veja, a gente quando está numa reunião, que é que a gente...o que? **Questiona, coloca determinadas coisas, no caso do estatuto, apresenta alguma emenda, percebe alguma coisa que poderia ser mais ampla, não é?** E, agora, eu vejo assim, no início, e não é particular do “Água é Vida”, todo movimento social aqui em Feira, **ele corre o risco, de ficar nos eventos, nas coisas grandes que acontecem e depois, diríamos assim, esquecer do cotidiano. Porque, por exemplo, a saúde é uma coisa tão intensa, que constantemente a gente tem que estar envolvido com isso.** (Ent. 05)

²⁵ Os grifos nos depoimentos são nossos!

A preocupação do depoimento anterior aparece de outra forma na visão de outro entrevistado, este membro da coordenação, que assume a responsabilidade de mobilizar. É preciso “ter sempre a criatividade de não apresentar uma coisa como já sabida” para vencer o imobilismo ou os ritmos diferenciados de participação. Se não se pode “ficar nos eventos” pelo menos se deve procurar evitar a falta de interesse. Essas diferentes perspectivas referem-se a um dos grandes dilemas dos movimentos sociais, a sua regularidade e continuidade (DOIMO, 1995, GOHN, 1997). Os eventos devem ser usados como estratégia para motivar a participação dos demais membros ou entidades como os sindicatos:²⁶

E nas outras coisas eu acho que você tem que continuar com este espírito, vendo, já digo, os momentos que vão aparecendo, porque as realidades infelizmente, muitas não mudam de um dia para outro. **Agora você tem que ter sempre a criatividade de não apresentar uma coisa como já sabida, porque senão o pessoal...eu lembro que nós a cada ano, apresentávamos ainda que fosse uma coisa muito parecida, porém numa perspectiva diferente.** Por que? Porque o pessoal, somos muito assim, nós cansamos logo, e senão tem uma coisa assim, uma novidade... **Então a gente tem que apresentar uma questão nova e atual,** agora então isso é um pouquinho, que não é fácil, essa criatividade, **porque facilmente o pessoal fica na rotina e o pessoal perde o interesse** (Ent. 04).

O que acontece é que a resposta é desigual. Tem alguns sindicatos que respondiam muito bem, tem outros sindicatos que não respondiam ou **só respondiam quando a gente tinha um evento, porque aí tinha pessoas que acompanhavam mais, que eram especialmente pessoas mais de paróquia, mais de alguns sindicatos, de algumas associações e eu notei que tinham pessoas que quando tinha um evento assim mais forte, então se uniam mais e apoiavam.** E aí também foi, dependia um pouquinho também do evento, mas em geral o tipo de pessoas, assim um pouco, esse que eu estou falando, de pessoas particulares, profissionais, diferentes....há pessoas de associações e alguns sindicatos (Ent. 04).

Portanto, ao lado dos desiguais níveis participação, outro elemento muito importante para os membros do MAV diz respeito aos diversos e divergentes interesses suscitados pela atuação do grupo:

A luta primeira forte estavam todos os sindicatos, depois alguns, tinha também entre eles algumas histórias porque os sindicatos as vezes não estão, a união entre eles as vezes é um pouco complicada. **Então aí, alguns interesses,** mas teve alguns que nos acompanharam sempre e alguns apoiaram até economicamente, porque estavam sempre presente aí apoiando,

²⁶ Os grifos nos depoimentos são nossos

ou seja os sindicatos, **agora teve outros que a gente não teve como segurar**, nós sentíamos porque queríamos que todo mundo, porque era uma coisa de todos, sim porque nós sempre pensamos que o Movimento Água é Vida não era uma associação mais, era uma reunião de todas as associações defendendo uma causa que todos conhecíamos que era importante. Então, claro, aí tem uma questão que às vezes foi fácil mas em outras complicou um pouco (Ent. 04).

Outro ponto ressaltado diz respeito à participação de membros ou grupos que desejam “aparecer” para a sociedade como ligados ao evento em função de interesses outros que não o de cumprir com o objetivo do movimento:

Então, nós sempre convidamos, convidamos a estes grupos, sindicatos, diferentes igrejas, paróquias, e **a resposta foi desigual**, porque às vezes quando foi o momento mais forte, daquela luta da privatização, a presença foi muito maior. E depois nos outros momentos, tem vezes que baixa um pouco, **depois, e aí também nessa luta sempre aparecem também interesses, não é? Até mesmo nessas lutas tem pessoas que querem aparecer**. Eles...nós sempre tentamos cuidar, que o objetivo não era esse, que o objetivo era pois, defender essa questão da água, da saúde, do saneamento e tudo isso, não? Então aí, tem pessoas que apoiaram e dava para ver um apoio assim bastante honesto, não? Que, lógico que a questão era apoiar e se tinha algum político que tinha a sua presença, a gente também nunca rejeitou isso, não? **Mas, por outro lado, sempre aparece alguma pessoa, que vai procurando outros interesses e aí, a coordenação, nesse sentido teve que manter sempre uma linha que eu acredito que, eu gostei muito da coordenação porque foi uma linha de tentar ser honesto**, de tentar defender uma coisa que era por aí que era justo, que não era um simples privado de uns, ou de outros (Ent. 04).²⁷

Vários grupos participam ativamente em conjunto com o MAV. Foi destacada a importância do SINDAE, do MOC e da UEFS, como parceiros privilegiados, citados várias vezes pelos entrevistados, tanto pela ajuda financeira, técnica e de informações importantes, como pela participação orgânica e militante de seus membros nas atividades do MAV. Outro parceiro muito importante tem sido a Igreja Católica. Esta tem sido responsável em grande parte pelo reconhecimento alcançado pelo MAV, pela mobilização atingida e, por que não, pelo ritmo e consistência dos temas abordados.

²⁷ No último seminário do grupo, em 18/jul/04, quando participei como observador, percebemos a presença de alguns candidatos a vereadores, e, dos três candidatos a prefeitos, pelo menos dois estiveram na abertura do evento. Os grifos nos depoimentos anteriores são nossos.

A seguir será visto como ocorre essa participação da Igreja Católica, numa tentativa de recortar uma dimensão importante da vida do grupo. É possível também realizar esta mesma caracterização com qualquer outro parceiro anteriormente citado, como UEFS, SINDAE ou ainda o MOC, escolheu-se, no entanto, o recorte com a Igreja Católica, sobretudo pela organicidade assumida pelos seus membros e pela riqueza dos depoimentos.

4.1.6 A Participação da Igreja Católica (um recorte)

A importância dos movimentos populares surgidos no seio da Igreja Católica tem sido ressaltada por muitos autores. Doimo (1995) destaca, por exemplo, a importância que teve a CNBB, ao criar instituições independentes como o CIMI (Conselho Indígena Missionário) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra) nos primeiros anos da década de 70. Papel importante também foi destacado pela mesma autora, ao ressaltar a importância da Teologia da Libertação, das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's), e das pastorais, na missão de constituir a denominada "Igreja Popular" quando, entre outros aspectos, é atribuído um papel mais ativo ao leigo no que diz respeito aos serviços pastorais (DOIMO, 1995, p.82).

Betto (1986) e também Macedo (1986) relataram parte desse fenômeno ao descrever e analisar o papel, a importância e o desenvolvimento das CEB's no Brasil²⁸.

As leituras suscitadas aqui sobre a importância da Igreja para o processo de luta contra a ditadura militar e principalmente pela redemocratização e construção de uma sociedade mais justa no Brasil recente, procuram tão somente fazer uma relação entre a origem do trabalho social da Igreja Católica e a continuidade desse trabalho à luz de uma nova conjuntura, a partir dos anos 90 no Brasil, à qual se insere o trabalho do Movimento Água é Vida, no município de Feira de Santana. Será visto neste momento de que maneira a Igreja atua e influencia nas ações e cumprimento dos objetivos do grupo.

Os entrevistados destacam a estreita relação com a Igreja Católica, o que não deixa qualquer dúvida sobre essa vinculação com o Movimento. Não há nenhuma vinculação formal, confirmada quando a intenção do próprio grupo em tornar o MAV uma entidade autônoma, em 2003, porém, padres, religiosos, leigos católicos de comunidades lideradas

²⁸ Ver também *Igreja e os Movimentos Sociais*, importante Guia de Pesquisa que Khoury, (1991) coordenou pela PUC / CEDIC.

pelas pastorais católicas, desde o início contribuem diretamente com as ações do MAV. O Arcebispo participa ativamente e as reuniões do grupo, em muitas ocasiões ocorrem em dependências ligadas à Igreja. Os dois próximos depoimentos referem-se a membros não religiosos e mesmo assim a relação e a importância da Igreja são percebidas de maneira muito nítida:

[...] o fato de ter padre ou de ter freira não quer dizer que seja específico da Igreja Católica. A Igreja Católica apóia a nossa iniciativa, né? A pastoral da saúde também faz parte do Movimento, mas não é específico da Igreja Católica. [o bispo], por várias vezes, esteve presente nas atividades, **mas não é a Igreja Católica que coordena o Movimento e sim a sociedade civil organizada, apenas tem membros da Igreja Católica que participa e a Igreja Católica através do Bispo** [...] apóia a iniciativa e sempre que a gente realiza as atividades, muitas das vezes ele está presente (Ent. 01).

[...] Há uma relação muito próxima com a Igreja Católica, embora não é um movimento religioso, né? nós somos, **nós confessamos o ecumenismo, né?** Queremos trabalhar com todas as religiões, mas...é...na luta contra a privatização chegamos a contar com a participação de duas Igrejas evangélicas aqui, de Feira de Santana. Mas fora disso não contamos mais. Mas temos contado sim, permanentemente, eu diria, com segmentos da Igreja Católica, né? **Então há uma aproximação com a Igreja Católica e nós preservamos isso, nós do movimento, achamos que estrategicamente isso é bom pra o movimento. A Igreja já tem um poder muito grande, uma força muito grande nas comunidades.** Muitas vezes nós saímos...e...vamos fazer, quer dizer, “vender este peixe”, dos objetivos do movimento, da defesa da água, da defesa da vida e pela saúde, **usando o espaço das igrejas católicas, espaço das celebrações, né? Temos feito isso em muitas igrejas, na hora da pregação, vamos dizer, oficial, nós fazemos essa pregação. Alguns padres têm aberto o espaço, então achamos que é uma coisa boa pra nós e pra comunidade então a gente tem interesse em manter essa relação com a igreja,** como gostaríamos de ter com outras igrejas também, né? Mas por enquanto só mantemos com a da Católica [...] (Ent. 02).²⁹

A julgar pelo espaço e compromissos que os representantes da Igreja Católica dedicam ao Movimento e também pelos depoimentos, se pode afirmar, sem muito receio, que a sua importância e influência são maiores ainda do que os testemunhos conseguem expressar. O próximo depoimento, de um religioso, que relata o momento em que a privatização havia sido aprovada pela Câmara, reflete um pouco essa influência, seja por que relata como as ações do movimento podem ser tratadas também como temas que preocupam a Igreja seja por que em alguns momentos a luta do MAV identifica-se com a própria luta da Igreja:

²⁹ Os grifos nos depoimentos são nossos!

Sim, seria interessante comentar que nós fomos falar com grupos da comissão antes de dar passos, e nós comentando com o Bispo, e ele disse, **eu comentei um pouco assim, a nível de Igreja**, disse a ele, olha a gente vai lutar né? Vai tentar mas, realmente já...é muito difícil não fazer nada, já está feito. **Vamos lutar para que não digam que a Igreja ficou omissa**. Mas, então, é interessante perceber como, mesmo o [o bispo], ele via que não tínhamos possibilidades. Mas, ele disse não. Mas vamos lutar até quando pudermos[...] (Ent. 04).³⁰

E ainda em outro momento o mesmo entrevistado, a respeito do “vazio” provocado pela sua ausência por ter sido removido para trabalhar em outra cidade, ressalta essa contribuição forte da Igreja:

[...] tem uma coisa que, claro, **eu tinha uma vantagem. Essa ligação tão direta com a Igreja que me permitia**, depois, claro, um acontecimento tão forte como foi, aquela questão da privatização marca muito, não? e aí eles podem sentir uma dependência que não é bom [...] (Ent. 04).

Foi visto anteriormente como em algumas manifestações foram envolvidos padres e paróquias inteiras e que celebrações religiosas como missa de 7º dia, enterro simbólico, sermões e caminhadas com os religiosos utilizando suas indumentárias e vestes católicas, assim como o uso de um vocabulário religioso, identificaram e aproximaram bastante a Igreja com o grupo.

Ainda neste pequeno recorte, para finalizar, pode ser ressaltada a importância que tem para o MAV assumir-se como entidade distinta, com destaque para alguns de seus mais importantes princípios, a liberdade e autonomia:

Os princípios, nós temos os princípios que desde o início desejamos manter, que é o **princípio da liberdade. Nós não queríamos estar na dependência**. De fato até tinha uma relação muito grande com esse apoio da Igreja Católica, mas nós não estivemos submetidos em nenhum momento, acreditava, era na associação, era o movimento quem definia o que, não era alguém que tinha que falar: “*tem que fazer isso!*” Pode ser que alguma coisa, poderia ser ao nível de diocese, de igreja, poderia estar mais ou menos de acordo. **Mas éramos nós que decidíamos** [...] (Ent. 04).³¹

³⁰ Os grifos nos depoimentos são nossos!

³¹ Os grifos nos depoimentos são nossos!

5 MOVIMENTO ÁGUA É VIDA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EM FEIRA DE SANTANA

Como o título do capítulo sugere o Movimento Água é Vida constrói-se a cada dia. Isso foi visto na apresentação da sua trajetória histórica. Esse processo de construção da participação social é muito complexo, pois envolve pessoas e grupos diversos, envolve o tempo e o espaço que, sabemos, é histórico; admite uma conjuntura, mas também elementos estruturais; identifica interesses e vontades, assim como incorpora o simbólico e o racional, como as metas, os princípios, objetivos e ações que se entrelaçam sempre, o tempo todo, cada vez mais!

Esse capítulo trata da atuação do MAV em Feira de Santana ao tempo em que se busca perceber a sua tentativa de tornar efetiva a participação da sociedade civil nos espaços de consolidação de uma cidadania ativa em um tempo contínuo, cotidiano.

Durante a exposição da trajetória histórica se privilegiou de certa forma, a luta contra a privatização da Embasa por se considerar aquele fato como elemento dinamizador para o fortalecimento do MAV, pois, a partir dali, se percebeu de maneira muito mais clara o quanto a questão da água envolvia a saúde e um conjunto de outros problemas no município. O grupo observou então que deveria, além de evitar a privatização envolver-se nas ações mais efetivas para o cuidado com a água, o saneamento e o meio ambiente em geral.

Para realizar essa tarefa foi necessário assumir uma postura mais atuante no que diz respeito às políticas públicas do município, especialmente àquelas relativas à saúde. À partir daí, à luz dos novos interesses, o grupo aspirou à PARTICIPAÇÃO. Essa participação pressupõe uma crença muito grande no poder da “comunidade”, do “povo”, na organização e na capacidade de articular outros grupos e pessoas:³²

[...] então diante dessa situação, não tinha outra saída que **continuar envolvendo o povo, o povo fosse quem realmente mostrasse essa atitude contrária**. Eu acho que o que mudou mesmo, **foi conseguir que o povo se unisse**, e que o povo... Por isso que eu penso que a gente tem sempre que encontrar caminhos de diálogo, caminhos de conversa, mas às vezes o povo, quando é capaz de pressionar forte, é o que faz que o político mude, porque às vezes as decisões não se tomam procurando o bem comum, se tomam procurando manter outros interesses. E quando o objetivo é manter

³² Os grifos nos depoimentos são nossos.

interesses, então aí, o diálogo não interessa. Pode ao nível de imagem ficar bonito, que queremos dialogar, mas não se queria dialogar, se queria fazer isso. **Então é claro, que nessas situações é bom que o povo esteja consciente,** [...] Então aí, nós encontramos um apoio e uma união muito forte. Então quando o povo tem uma idéia muito clara e uma união grande, aí muito difícil que o poder público diga que não, e de fato não teve outro jeito [...] (Ent. 04).

[...] Quer dizer, sabe, eu não acredito muito nessa questão do poder público não. Eu acredito que **a sociedade civil não pode esquecer sua história,** de que toda vez que ela pressiona, que toda vez que ela finca o pé e reivindica, ela consegue o que ela quer. Eu penso isso. Eu acredito [...] (Ent. 05).

A gente está querendo encontrar caminhos que a comunidade se envolva mais, se comprometa mais. Por que nós temos certeza disso, convicção disso, a partir da própria história, de que **êxitos só virão se a comunidade se mobilizar e assumir suas bandeiras** (Ent. 02).

[...] Meu pai sempre dizia assim **“o político, ele tem medo do povo”** e na realidade é isso. Quando a gente está organizado, a gente vai pra rua e reivindica, com certeza, o atendimento é outro. [...] (Ent. 03).

5.1 O Controle Social e a Participação nos Conselhos de Saúde

Em muitos momentos essa confiança não assume as mesmas proporções quando se trata do poder público. Os motivos dessa descrença como serão visto a partir depoimentos, remetem a uma experiência histórica incontestável. Assis (1998) e Carvalho (1998), discorrendo sobre a realidade de Feira de Santana, de alguma forma, explicitaram a ação do poder público na sua tentativa de evitar que o controle social se torne efetivo. Os depoimentos também externam essa desconfiança:

[...] os prefeitos, a regra é não querer, é evitar qualquer forma de controle social. A regra dos prefeitos tradicionais, não é? Eles querem estar ali sozinhos mandando naquilo que não é dele, que o poder público não é um bem privado é um bem público [...] (Ent. 02).

[...] Apesar de você está com o estatuto legal, a má vontade da administração municipal não fez avançar, pelo contrário, ele dificultava, os gestores municipais dificultaram o que puderam pra os conselhos locais de saúde não nascerem[...] (Ent. 02).

[...] você tem que saber com quem você está fazendo parcerias, não é verdade? você tem que saber com quem, que você não vai fazer parceria com o poder público corrupto, não é? com o poder público que não respeita a paritariedade. Ele tem seus interesses, não é? Ele é poder e tem os interesses dele. Ele quer defender o peixe dele que ele está vendendo enganosamente pra população, não é? [...] (Ent. 05).

E a paritariedade também a gente não sabe, mesmo que seja paritário assim, na vitrine, não é? Mas na realidade de adesão ele às vezes não é paritário (Ent. 05).

O que se evidencia a partir desses depoimentos diz respeito ao problema da permanência do estilo de gestão autoritário de governar dentro do setor público que vai de encontro com a democracia proposta pelo SUS e a dificuldade que isto coloca para o exercício do controle social. A submissão ao poder público e político instituído impede a autonomia e atuação crítica de muitos conselheiros. Nessas circunstâncias, também a própria representatividade de muitos deles é colocada em questão:

[...] Esse modo de governar, vamos dizer assim, onde teoricamente teria a participação popular, através dos conselhos, mas na prática, os conselhos, no lugar dos conselhos municipais, nós temos conselhos “prefeiturais”, não é? Essa é a prática. Onde as prefeituras e os prefeitos, seus representantes, seus secretários, eles fazem um esforço enorme pra que o controle não seja do coletivo, o controle seja da prefeitura. E ele consegue por mil estratégias tornar isso realidade. Feira de Santana não é exceção. O conselho municipal de saúde de Feira de Santana, infelizmente, eles não conseguem deliberar absolutamente nada que não seja interesse do governo municipal, do governo do município. Ele tem, o governo do município tem sempre as suas articulações com os representantes do conselho e ele acaba tendo maioria na hora das deliberações e, quando não tem maioria, faz todo o jogo pra não colocar em discussão aquilo que não é do seu interesse, etc, não é? Então o conselho municipal de saúde de Feira de Santana, ele está longe de ter uma atuação como nós do Movimento Água é Vida sonhamos e queremos: uma atuação democrática, participativa, quando de fato o controle não esteja com a prefeitura, mas com a própria sociedade. Isso que nós almejamos e isso que nós queremos. Isso é da saúde aqui de Feira, mas isso é, eu diria, é a prática em todo lugar [...] (Ent. 02).

Olha só! O objetivo do Movimento Água é vida não seria distanciar a sociedade civil do poder público, pelo contrário, seria aproximar mais pra que ele, poder público, pegue as informações lá da ponta, aquele que realmente tá sofrendo com os problemas existentes, né? [...] A nossa dificuldade é que a maioria segue a cartilha de quem está no poder, então os representantes que a gente tem, tanto na câmara como na prefeitura, ao meu ver, né? Essa é uma opinião pessoal minha, né Dentro do processo como eu via e não são representantes do povo, são representantes de si próprios e de um grupo específico, né? Então tudo isso dificultava...por várias vezes, a

questão por exemplo, do conselho local de saúde, nós já tínhamos capacitados vários bairros estavam preparados pra realmente colocar em prática os conselhos, mas aí foi vetado. Quer dizer: é o retrocesso de uma luta de muito tempo: uma lei pronta, capacitação pronta, e de repente foi vetado [...] (Ent. 01).

Essa possibilidade de participação efetiva da sociedade civil tem tido avaliações bastante distintas. Soraya Maria Vargas Cortes (1998) quando avaliou, juntamente com alguns debatedores, essa questão, discordou de alguns autores que desacreditavam plenamente na efetiva participação por julgá-la inconsistente para países em desenvolvimento, quando, quase sempre, segundo os mesmos autores, essa participação resultaria em manipulação dos participantes (CORTES, 1998, p.6). A autora, mesmo reconhecendo alguns limites para a participação efetiva nos conselhos de saúde, indicou alguns determinantes da participação, e dentre eles destacou as mudanças recentes na estrutura institucional no sistema brasileiro de saúde e a organização dos movimentos popular e sindical na cidade, além de admitir a importância no relacionamento e das novas posições de autoridades de saúde em relação à participação e a dinâmica de funcionamento dos conselhos municipais de saúde (CORTES, 1998, p.11).

Uma das principais dimensões dessa participação tem ocorrido no Conselho Municipal de Saúde. O grupo Água é Vida aceitou representar a Arquidiocese de Feira de Santana no Conselho Municipal de Saúde, a partir de 2001. Hoje, o MAV constrói a sua interferência neste espaço de definição de políticas públicas, pelo segundo mandato, com dois representantes, um titular e um suplente. Faz-se necessário avaliar o significado dessa experiência para o MAV.

Essa descrição feita pelos entrevistados - dois deles são conselheiros - tornou mais claro o quanto é complexo consolidar a participação da sociedade civil nos conselhos de gestão, nas conferências e nos demais encontros definidores de políticas. Não se quer, no entanto, com essa observação, anular totalmente algumas experiências exultantes realizadas em algumas cidades brasileiras.

Os depoimentos expressam muito bem a complexidade que nos referimos, pois muitas vezes um mesmo entrevistado, em alguns casos numa mesma fala, atribui ao papel dos conselhos municipais posições conflitantes e até contraditórias:

[...] está sendo muito bom, que a gente foi renomeado, mais uma vez foi indicado. Pra gente **tem sido uma experiência muito boa**, pena que..não

sei...eu to sendo sincera, pena que infelizmente o conselho, é..quer dizer...lá **no conselho só se aprova o que a secretaria quer**, né? E às vezes a gente sai até como, eu não diria brigões, como chatos, porque a gente questiona, a gente tenta formar comissões pra acompanhar, tenta...coloca propostas que venha melhorar a informação do público, ou então tenta fiscalizar e **é uma dificuldade muito grande o acesso às informações** é muito dificultada.

[...] A gente sugeriu que fosse formada uma comissão pra tá acompanhando esse processo até mesmo por que é o papel do conselho está acompanhando, fiscalizando, não que A ou B esteja querendo fazer alguma coisa de errado, mas se é o papel do conselho, né? [...] Porque que eu estou contando esta história? pra justificar **a dificuldade que os movimentos sociais ainda têm pra poder conseguir informação pra que realmente o tal do controle social seja efetivo no município a gente tem que derrubar várias barreiras, muitas barreiras ainda, né? Se a gente que faz parte do conselho teve essa dificuldade, imagine o cidadão comum [...]** A nossa participação é um pouco que angustiante, né [...] Eu posso contar um episódio que aconteceu a uns três meses atrás. [...] na hora de fazer o quorum a pessoa tinha sumido e aí depois que foi suspensa a assembléia por falta de quorum, a conselheira apareceu e disse que tinha chegado naquele momento, né? Quer dizer a gente ver vestígio de que há manipulação, infelizmente. Não foi ninguém que me contou, eu mesmo presenciei isso, esse fato, por sinal fiquei muito triste com a situação e aí levantei o que? **Que realmente existe aquela tendência: se for, é...se for, como é o termo que se usa? Se for conveniente, acontece. Se não for conveniente, não acontece. Fora que às vezes a gente recebe projeto de última hora que não dá tempo ler pra avaliar pra ver realmente se vai ser bom ou não pro município. Por exemplo, a capacitação dos conselheiros até hoje pros novos não saiu, então tem um monte de conta, a gente recebe aquela pasta com um monte de conta e a gente não sabe identificar ainda muita coisa, então tem essa dificuldade, mas ao mesmo tempo assim tem a certeza que está fazendo a nossa parte, né?** [...] Mas leva pro debate. A questão é debater. Como é que você vai aprovar uma coisa que você não conhece, que você...não é? Então a gente leva a discussão. E no mais é isso: a gente está fazendo a nossa parte, pena que tem estes problemas que eu citei anteriormente. No mais a gente espera que futuramente, a gente espera que futuramente as coisas melhorem. [...] represente realmente a população e não interesses de A ou de B, né? [...] (Ent. 01)³³

Este depoimento, embora um pouco extenso, deixa claro o que o grupo identifica como dificuldades para participar plenamente do conselho municipal de saúde. A manipulação das votações, por exemplo, que segue a racionalidade e prática político-partária. Entende-se que a participação só será plena na medida em que permite a *interferência* junto às instâncias decisórias do poder público. O que fica claro desta e de outras “falas” é que a participação que é considerada “*uma experiência muito boa*” resume-se apenas ao que ela tem

³³ Os grifos são nossos. Estivemos presentes, como observador, na reunião do conselho municipal no dia 18/08/04 quando se discutiu a prestação de contas e de fato presenciamos, pelo menos 3 conselheiros, ligados diretamente aos movimentos sociais, um deles o representante do MAV, abster-se da votação sobre as referidas contas por considerar que o tempo para conhecimento havia sido muito curto (24 horas) para apreciar e tomar conhecimento da documentação. Mesmo assim, naquela reunião as contas foram aprovadas.

de informação, de vivência e de aprendizado, só nestes momentos as falas referem-se a algo importante para o grupo. Nos outros momentos se tem a angústia, a falta de empenho por parte do poder público em debater os temas e apenas o interesse de aprovar apenas o que considera importante para a administração. As maneiras utilizadas para que isso aconteça, conforme exposto no depoimento, deixam evidente como pode ser conflituosa a convivência nas reuniões e encontros. Outro depoimento pode deixar mais clara essa perspectiva:

[...] e aí, você sabe, que a princípio dentro do Conselho Municipal de Saúde **a gente não foi bem visto**. [...]E quando eu fui pra lá pra o conselho eu tinha uma expectativa totalmente diferente da realidade de lá. Eu pensava, no início, que o Conselho Municipal de Saúde se preocupava muito, não o conselho, a questão dos conselheiros, da Secretaria se preocupavam muito com a saúde. **Quando a gente via que era outra coisa. Não era o que a gente pensou**. Por isso que a gente continuou e a gente luta pra criação dos Conselhos Locais de Saúde, pra que a comunidade participe. É como eu falei. **No início foi um pouco, foi um pouco, pensamos uma coisa e foi outra**. Mas a nossa participação, a gente foi crescendo um pouco. Chegou até às vezes a gente não ser bem entendida dentro do conselho porque pensou que a gente estava querendo fazer jogo político. Mas a gente não tem jogo político nenhum. [...] **A princípio foi tanta dificuldade que no início ninguém queria a participação nossa lá no conselho, devido que a gente incomodava muito e não estavam querendo a participação nossa**. Mas a gente continuou e hoje a gente já tem outra conscientização do que é um conselho municipal de saúde. [...] (Ent. 03)³⁴

Se por um lado os próprios representantes do MAV têm clareza do limite da interferência cidadã junto ao Conselho Municipal de Saúde, por outro lado não estão dispostos a dispensar ou abandonar essa ação, atitude aliás que sempre foi muito comum nos movimentos sociais de caráter reivindicatório, nos anos 70-80, e apenas denunciar a centralização exercida pelo poder público junto aos órgãos de controle social em Feira de Santana. Ao contrário, o Movimento Água é Vida tem procurado organizar os grupos com os quais trabalha para, sem desistir, potencializar essa participação no Conselho Municipal de Saúde:

[...] eles estão pedindo que a gente vá frequentar as reuniões do Conselho de Saúde Municipal, para poder fortalecer a posição deles. Porque geralmente, esses conselhos, que se dizem que são paritários, muitas vezes eles têm a sociedade civil, mesmo representada ali, não é todo mundo que tem coragem

³⁴ Os grifos são nossos.

de fazer oposição, e de ter uma voz assim, firme, corajosa, profética dentro do conselho, né? [...] (Ent. 05).

Essa solicitação de que a população vá pra reunião do Conselho de Saúde é importantíssima. Por que ali é que é resolvido tudo o que diz respeito à saúde da população. Agora, como sempre o povo tem de ir pra poder apoiar os conselheiros que estão muitas vezes, contra o que o governo municipal quer, não é? [...] (Ent. 05).

É isso aí. Por que o municipal não dá conta, mas ele também não quer dar conta não. Desde quando que uma secretária de saúde sai do gabinete dela e vai por exemplo percorrer aí os postos, não é? [...] (Ent. 05).

Além de trabalhar para, estrategicamente, levar os grupos para dentro da reunião do conselho, como forma de fortalecer as posições dos conselheiros representantes da sociedade civil, o MAV estabeleceu como um dos seus principais objetivos criar os conselhos locais de saúde, uma vez que:

Se você tem Conselho Municipal de Saúde você tem que ter os Conselhos Locais de Saúde [...] (Ent, 03)

Cortes (1998) enfatizando a importância da organização popular e sindical para garantir a participação ressalta que:

[...] o padrão de organização dos movimentos sociais urbanos influencia o modo como os usuários se envolvem nas atividades do conselho. Se o padrão de organização for mais centralizado, a tendência é que os representantes dos usuários se envolvam diretamente nas atividades do conselho municipal. Se o padrão de organização for mais descentralizado os representantes usuários chegam ao conselho municipal através de organizações locais, tais como os conselhos locais de saúde, clubes de mães, associações comunitárias ou de moradores, entre outras (p.12).

Esse objetivo do MAV, relativo ao conselho local de saúde “*apoiar as comunidades na formação e atuação de conselhos locais de saúde*” consta do seu estatuto³⁵ e tem sido também, comumente identificado pelos entrevistados:

³⁵ Conforme extrato do estatuto do Movimento Água é Vida, na Ata de Fundação, aprovação do estatuto, eleição e posse da Diretoria e do conselho fiscal do Movimento Água é Vida. Em anexo documento 7.

[...] isso é uma das bandeiras que o movimento segura e a gente está correndo atrás, pra que seja realmente efetivado os conselhos locais de saúde, que é uma maneira de fortalecer o controle social, uma maneira de lá na ponta reconhecer o problema pra trazer, né? chegar até a secretaria, chegar até o conselho e aí a gente tentar solucionar melhor os problemas que existem na saúde de Feira [...] (Ent. 01).

[...] E aí a gente começou um Lobby e, graças a Deus, hoje já temos dentro da pauta do Conselho Municipal de Saúde, já temos um ponto de pauta pra discutir. Toda reunião a gente discute um pouco sobre a questão dos Conselhos Locais de Saúde. [...] A gente não quer criar equipes e agora dizer assim: Conselho Local de Saúde. Nós estamos fazendo o seguinte. A gente está fazendo as equipes de saúde nos bairros, a gente está estudando, dizendo o que é um Conselho Local de Saúde e porque do Conselho Local de Saúde. Nós estamos, como eu falei, na Queimadinha, no Feira X, Fraternidade e Campo Limpo [...] (Ent. 03).

A expectativa sobre os Conselhos Locais, em vários momentos, aparece como extremamente positiva demonstrando, a nosso ver, uma compreensão ampliada sobre o controle social e sobre o real significado da interferência da sociedade civil nas instâncias decisórias das políticas de saúde.

[...] porque os Conselhos Locais de Saúde, eles vão fiscalizar a unidade de saúde com o PSF [...] vai ser formado os Conselhos Locais de Saúde com participante da comunidade e também da unidade de saúde. Vai ter uma reunião mensal também para..o que vai ser discutido nos Conselhos Locais de Saúde trazer para o Conselho Municipal de Saúde. Aí você vai fortalecer. Por que fortalecer o Conselho Municipal de Saúde? Porque você vai ter respaldo da comunidade e, além disso, conhecer o processo de saúde, conhecer os direitos dele, com seus deveres e conhecer como será o trabalho, como é o trabalho nas unidades de saúde. Porque falta medicamento? Qual a cota que é pra cada Unidade de Saúde? Aí a comunidade vai se interessar e vai participar do Conselho Municipal de Saúde e é melhor até para o Conselho Municipal de Saúde porque vai ter o acompanhamento das unidades de saúde e aí você vai fortalecer o todo, não só a Secretaria Municipal de Saúde, como sim as unidades nos bairros, a comunidade vai sair fortalecida com isso [...] (Ent. 03).

A seguir, finalizando essa exposição sobre a interferência junto aos espaços de participação e controle social, mais duas demonstrações do que se afirmou acima, uma delas, partindo de um conselheiro, que em documento assinado e distribuído aos presentes na reunião ordinária do conselho municipal, deseja iniciar uma discussão sobre o controle social a partir da revisão da resolução 333/03:

Hoje nós estamos ainda tentando com algumas comunidades os conselhos locais de saúde, né? Porque acreditamos que essa é uma das alternativas e estamos inclusive, aí, reivindicando do Ministério da Saúde [...] hoje, ele tem uma política de fomentar o controle social, mas isso muito mais no discurso. [...] Então a gente está sugerindo, a gente vai está elaborando, inclusive, um documento sobre isso ao Ministério da Saúde, pra incorporar na sua relação com os municípios esta orientação e acompanhar isso, monitorar isso, por que esse é com certeza, seria talvez um dos instrumentos mais importantes do controle social que nós poderíamos ter, o conselho local de saúde [...] (Ent. 02).

Traduzindo em miúdo, significa que a descentralização deve acontecer também no controle social através da formação dos Conselhos Locais de Saúde – em cada unidade – onde o cidadão (ã), no seu local de moradia – ou nas suas proximidades – possa exercer a sua cidadania nestas instâncias de controle social e levando para o conselho municipal aquelas demandas que não forem resolvidas no nível local como vem acontecendo em alguns municípios do país [...] (DOC. 8).³⁶

Nessa reunião a discussão sobre o controle social, proposto pelo referido documento não pode ser aprofundada, pois a discussão anterior, na pauta da reunião, sobre prestação de contas se prolongou um pouco além do previsto. Iniciou-se, no entanto, uma discussão sobre a necessidade de um seminário sobre controle social e se agendou alguma visitas para conhecer algumas UBS's - Unidades Básicas de Saúde.

³⁶ Documento entregue no dia 18/08/04, na entrada do auditório onde se realizava a reunião do Conselho Municipal de Saúde, quando participávamos de uma de nossas observações. O conselheiro que assina o documento participa das ações do Água é Vida, é professor da UEFS e profissional de saúde mas não participou diretamente da pesquisa. Conforme documento 8, nos anexos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O Movimento Água é Vida” surge em meio a demandas populares por saúde bem específicas no final da década de 90, quando a partir daí passa a assumir nesta área de atuação, uma liderança inquestionável. Em 2003 o grupo institucionalizou-se, tornando-se uma ONG, que realiza seminários anuais e debates para a comunidade além de cursos de capacitação para conselheiros, lideranças comunitárias e agentes comunitários de saúde, inclusive com profissionais da UEMS. Hoje, o “Movimento Água é Vida” representa a diocese de Feira de Santana no Conselho Municipal de Saúde.

Na sua trajetória histórica o movimento se fortaleceu quando da luta contra a privatização da EMBASA, no ano de 2001. Neste episódio mostrou capacidade de articulação e arregimentação conseguindo apresentar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, com mais de 24 mil assinaturas, inédito em Feira de Santana e, com certeza, também para a maioria das cidades, contribuindo em grande parte com o recuo na decisão de tornar efetiva a privatização, por parte do governo municipal.

Com a retirada do projeto de privatização por parte do executivo municipal, grupo continuou trabalhando fortemente nas áreas de saúde, saneamento e meio ambiente. Nesta área específica realiza sempre atividades de sensibilização como caminhadas, romarias e palestras nas escolas. Nesta dimensão encontrou no município de Feira de Santana uma realidade extremamente precária com problemas ambientais e de saúde envolvendo os rios, nascente e lagoas bem como no que diz respeito aos serviços de saúde e saneamento básico. No campo da organização e formação política trabalha na perspectiva de criar e fortalecer os conselhos locais de saúde, como forma de ampliar o controle social que ainda se apresenta de maneira muito tímida nos fóruns de deliberação das políticas públicas em saúde como o Conselho Municipal de Saúde e os encontros e conferências realizados para este fim, pois a julgar pelos depoimentos coletados, o Executivo municipal ainda não convive bem com estâncias colegiadas e paritárias, com participação ativa da sociedade civil.

A partir da atuação desta entidade se pode analisar o processo de construção da cidadania de determinados segmentos da sociedade civil em relação ao poder público, seus conflitos e formas de consensos. Os resultados apresentados dão conta de uma entidade extremamente atuante, com capacidade de congregar um grande número de outros grupos dos

movimentos sociais do município, como segmentos da Igreja Católica e em alguns momentos de outras denominações religiosas, a UEFS, ONG's locais, sindicatos, parlamentares e diversos profissionais e professores, articulados a uma percepção de política razoavelmente ampla com propostas e intervenções no campo das políticas públicas seja para a saúde, o meio ambiente e saneamento básico.

Essa construção da cidadania passa por sensibilizar e mobilizar a sociedade civil para cobrar e exigir seus direitos. Direito à saúde e água potável de qualidade, direito ao saneamento básico e também direito de participação social nas políticas públicas através dos espaços públicos de participação e deliberação como os Conselhos de Saúde.

No que diz respeito às dificuldades enfrentadas ressalta-se aquelas relativas a que qualquer entidade ou movimento social, ou até mesmo sindicatos e partidos políticos enfrentam, ou seja, a ampliação da participação popular, bem como dificuldades de recursos para empreender projetos e ações mais amplos. Destacou-se também algum dilema em relação aos vínculos no que diz respeito à sua relação com o poder público nos fóruns deliberativos.

O Movimento Água é Vida tem projetado como uma das perspectivas futuras uma atuação no campo do controle social através da criação e efetivação dos Conselhos Locais de Saúde, como forma de melhorar a participação no conselho municipal de saúde. O grupo planeja também uma atuação mais intensa nas escolas públicas procurando sensibilizar os mais jovens e procurando criar desde cedo uma consciência para os problemas que envolvem a saúde no município.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, C. & KOUZMIN, A. - "Dando Nome à Rosa": o Discurso da Nova Administração Pública no Contexto Brasileiro. IN: *Textos para o Seminário Internacional Reestruturação e Reforma do Estado: Brasil e América Latina no Processo de Globalização*. Projeto FIA-USP/CAPES/CNPq, São Paulo, 1998.

ASSIS, Marluce Maria Araújo. *A Municipalização da Saúde: intenção ou realidade?* Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo. Brasiliense, 1986.

BIBEAU, Jilles. Transcrição de aulas no 1º semestre de 1997. ISC, UFBA, Salvador, mimeo, 1997. APUD: SILVEIRA, Thereza C. *O Processo Político de Gestão em uma Instituição Hipercomplexa do Sistema Único de Saúde*. Tese de Doutorado, ISC, UFBA, Salvador, 2001.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política: A filosofia política e a lição dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 717p.

_____. *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. *Teoria Geral da Política: a filosofia política e a lição dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

BÓGUS, Cláudia Maria. *Participação Popular em Saúde: formação política e Desenvolvimento*. São Paulo: Anna Blume, Fapesp, 1998.

BOITO JR. Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo No Brasil*. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

BOURDIEU, Pierre. CHAMBOREDON, Jean-Claude. e PASSERON, Jean-Claude. *Profissão de Sociólogo: Preliminares epistemológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Resolução 196 / 96 do Conselho Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde / Fiocruz, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do Estado para a Cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: ed 34, Brasília:Enap, 1998.

CARDOSO, F. H. *Notas sobre a Reforma do Estado*. São Paulo, Novos Estudos / CEBRAP, 50:5-12, 1998.

CARVALHO, Brígida G., PETRIS, Airton J., TURINI., Bárbara. Controle Social em Saúde. IN: ANDRADE, Selma M de., SOARES, Darli A e CORDONI Jr. Luiz (Orgs). *Bases da Saúde Coletiva*. Londrina: *Eduel*, 2001.

CARVALHO, Rosely Cabral de. *A Participação Popular no Conselho Municipal de Saúde de Feira de Santana*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA – ISC, 1998.

CÔRTEZ, Soraya Maria Vargas. *Conselhos Municipais de Saúde: A possibilidade dos usuários participarem e os determinantes da participação*. *Ciência & Saúde Coletiva*. 3 (1): 5- 17, 2004.

_____. *Balanco de Experiências de Controle Social, para Além dos Conselhos de Saúde no Sistema Único de Saúde Brasileiro: Construindo a possibilidade da Participação dos Usuários*. Texto da XI Conferência Nacional de Saúde, 2000. Efetivando O SUS: Acesso, Qualidade e Humanização na Atenção à Saúde, com Controle Social. WWW.saúde.gov.br/11cns/cns-balanco.htm.

COSTA, N. do R., MINAYO, C. de S., RAMOS, C.L., e STOTZ, E.N. (org) *Demandas Populares, Políticas Públicas e Saúde*. Rio de Janeiro: Vozes / Abrasco, Vol. I, 1989. a

_____. *Demandas Populares, Políticas Públicas e Saúde*. Rio de Janeiro: Vozes / Abrasco, Vol. II, 1989. b

DAGNINO, Evelina. Cultura, Cidadania e Democracia: A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. IN: ALVAREZ, Sônia E., DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2000. p.61-102

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós- 70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / ANPOCS, 1995.

FLEURY, Sônia (ORG). *Saúde e Democracia: A luta do CEBES*. São Paulo: Lemos editorial, 1997.

GERSCHMAN, Silvia. *A democracia inconclusa: um estudo da Reforma Sanitária Brasileira*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1995.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola. 1995

_____. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola. 1997

GONÇALVES, Alfredo J. (Pe.) Água Fonte de Vida In: *Revista de Educação CEAP*. Salvador, n.44, p.73-80, mar/mai.2004. Publicação do Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

JACOBI, Pedro R. *Políticas Sociais locais e os desafios da participação cidadina*. *Ciência & Saúde Coletiva*. 7(3): 443-454, 2002.

_____. *Movimentos sociais e políticas públicas: Demandas por Saneamento Básico – São Paulo 1974-1984*, São Paulo: Cortez, 1989.

JULIANO, Iraíldes Andrade e ASSIS, Marluce Maria Araújo. *A Vigilância Sanitária em Feira de Santana no Processo de Descentralização da Saúde (1998-2000)*. *Ciência & Saúde Coletiva*. 9(2): 493-505, 2004.

KHOURY, Yara Aun (Coord.). *Igreja e Movimentos Sociais* (Guia de Pesquisa). São Paulo: Com-Arte PUC / CEDIC, 1991.

MACEDO, Carmen Cinira. *Tempo de Gênese: o povo das Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo. Brasiliense, 1986.

MEDEIROS, Soraya Maria de e GUIMARÃES, Jacileide. *Cidadania e Saúde Mental no Brasil: contribuição ao debate*. *Ciência & Saúde Coletiva*. 7(3): 571-579, 2002.

MINAYO, M. - *O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec-Abrasco, 1992.

NAVES, Rubens. *Novas Possibilidades para o Exercício da Cidadania*. IN: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo, Contexto, 2003, pp. 563-83.

OLIVEIRA FILHO, Pierre Gonçalves. *O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) em Feira de Santana (Ba): Reflexões de uma prática em construção*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana, 2003. mimeo.

OLIVEIRA, F. de - *A Derrota da Vitória*. São Paulo, *Novos Estudos / CEBRAP*, 50:13-21, 1998.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira de. *A luta pela autonomia e a participação política dos camponeses: um estudo nas micro-regiões de Feira de Santana e Serrinha, no estado da Bahia*. Campina Grande, UFPb, 1985.

_____. (coord.) *Resistir para sobreviver: o trabalhador rural do município de Feira de Santana*. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, 1997.

PAIM, J. S. A Reforma Sanitária e os Modelos Assistenciais. In: Rouquayrol, M. & Almeida Filho, N. *Epidemiologia e Saúde*. Rio de Janeiro, MEDSI, 1999:473-487. a

_____. Políticas de Descentralização e Atenção Primária à Saúde. IN: Rouquayrol, M. & Almeida Filho, N. *Epidemiologia e Saúde*. Rio de Janeiro, MEDSI, 1999:489-504. b

PAOLI, Maria Célia e TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: Conflitos e Negociações no Brasil Contemporâneo. IN: ALVAREZ, Sônia E., DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 103 – 148.

PEREIRA, William César Castilho *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Belo Horizonte: Vozes: Puc-Minas, 2001.

QUEIROZ, Creuza Maria Brito, SA, Evelin Naked de Castro e ASSIS, Marluce Maria Araújo. *Qualidade de vida e políticas públicas no município de Feira de Santana. Ciênc. Saúde coletiva*. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232004000200017&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8123.

SADER, Eder e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais do Estado democrático*, São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. (Orgs). *Uma Revolução no Cotidiano?: os novos movimentos sociais na América dos Sul*, São Paulo. Brasiliense, 1987.

SILVEIRA, Thereza C. *O Processo político de gestão em uma Instituição hipercomplexa do Sistema Único de Saúde*. Tese de Doutorado, ISC, UFBA, Salvador, 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *Sociedade civil e participação cidadã no poder local*. Tese de Doutorado apresentada à USP, 1998. Mimeo.

TESTA, M. *Saber en Salud. La construcción del conocimiento*. Buenos Aires, Lugar Editorial, 1997.

TESTA, Mário. *Pensamento Estratégico e Lógica de Programação: o caso da saúde*. São Paulo / Rio de Janeiro. Hucitec / Abrasco, 1995.

VALLA, Victor Vicent (Org). *Saúde e Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VALLA, Victor Vicent e STOTZ, Eduardo Navarro (Orgs). *Participação Popular, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1993.

APÊNDICES

Apêndice A



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
AUTORIZADA PELO DECRETO FEDERAL Nº 77.496 DE 27.4.1976
Reconhecida pela Portaria Municipal nº 874/86 de 19.12.86
DEPARTAMENTO DE SAÚDE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

“MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA”³⁷

Pesquisador Responsável: Prof^ª Dra. Thereza Christina Bahia Coelho

Pesquisador Colaborador: Prof^ª. André Almeida Uzêda

Esta pesquisa intitulada “**Movimentos Sociais e Políticas Públicas de Saúde no Município de Feira de Santana**” terá como entrevistador o pesquisador Prof^º André Almeida Uzêda, professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e também discente do Mestrado em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana. Informo-lhe que esta pesquisa tem os seguintes objetivos: **Geral:** Analisar a atuação do Movimento Social Água é Vida no que diz respeito à efetivação das políticas públicas de Saúde em Feira de Santana. **Objetivos Específicos:** descrever a trajetória histórica do Movimento Água é Vida; analisar os objetivos, princípios e ações que norteiam a atuação do Movimento Água é Vida em Feira de Santana, como também identificar os obstáculos e as perspectivas do referido Movimento. No momento da entrevista, que será marcada com antecedência, pedimos a sua autorização para utilizar o gravador no tempo máximo de 90 minutos, sendo que o uso deste será facultativo. As fitas gravadas serão guardadas no Núcleo de Saúde Coletiva (NUSC) da UEFS, em local seguro e sigiloso, por um período de cinco anos, tendo acesso apenas os pesquisadores. Após esse período de cinco anos as fitas serão destruídas.

³⁷ O título que aparece aqui é o título inicial da pesquisa e também o que de fato apresentamos aos entrevistados e também aquele que passou pelo comitê de ética. Após a realização da pesquisa, com a conformação final que assumiu o texto, resolvemos alterar o título por um mais apropriado, que desse conta de fato de uma pesquisa de estudo de caso, como também dos objetivos propostos. Assim o título foi redefinido para “**Movimento Água é Vida: cidadania e Saúde em Feira de Santana**”

Informamos ainda que você poderá desistir de participar da pesquisa em qualquer fase da mesma, com a exclusão das informações por você prestadas, sem que seja submetido(a) a qualquer penalidade. Caso você queira posteriormente ter outros esclarecimentos sobre a pesquisa ou queira desistir de participar da mesma por qualquer motivo, isso poderá ser feito entrando em contato com os pesquisadores responsáveis no NUSC, ou dirigindo-se à Coordenação do Mestrado em Saúde Coletiva, ambos localizados no VI Módulo da UEFS, nos telefones (75) 224 – 8116 e 224 – 8095, respectivamente.

Neste estudo lhes serão assegurados o anonimato, a privacidade e o sigilo absoluto das declarações prestadas por você, atendendo a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, criada no sentido de exigir respeito pela dignidade do ser humano e a proteção dos seus direitos e bem estar. Neste estudo lhe será garantido também o direito de conferência das transcrições das fitas gravadas, atestando-lhes a autenticidade, antes delas serem utilizadas na pesquisa. Também informamos que você terá livre acesso aos resultados da pesquisa, e também a garantia que as informações que você dará serão usadas somente para os propósitos da pesquisa, divulgando-se os resultados em eventos como: congressos, simpósios, seminários e publicações desses resultados em periódicos, revistas científicas, livros, artigos, entre outros. Mediante os referidos esclarecimentos sobre a pesquisa e sua importância você poderá ou não participar da mesma. Caso você queira participar, deverá consentir através da assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em duas vias, ficando com uma cópia do mesmo.

Feira de Santana, _____ de _____ de _____

_____ R.G. _____

Nome completo do Entrevistado:

Assinatura do Entrevistado (a):

Assinatura da Pesquisadora Responsável:

Assinatura do Pesquisador Colaborador:

Apêndice B

TÍTULO DA PESQUISA

“MOVIMENTO ÁGUA É VIDA: CIDADANIA E SAÚDE EM FEIRA DE SANTANA”

AUTORES: ANDRÉ ALMEIDA UZÊDA

THEREZA CHRISTINA BAHIA COELHO

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Conformação do Movimento Água é Vida frente as Políticas Públicas no Campo da Saúde no Município de Feira de Santana

Sua trajetória histórica:

Fale sobre a história do Movimento Água é Vida

Seus Princípios

Comente sobre os princípios fundamentais do Movimento Água é Vida

Seus objetivos

Comente sobre os objetivos do Movimento Água é Vida

Suas Ações

Fale sobre as ações do Movimento Água é Vida

2. Os obstáculos e perspectivas do Movimento Água é Vida frente as políticas públicas no campo da saúde no Município de Feira de Santana

Seus obstáculos

Comente sobre os obstáculos do Movimento Água é Vida

Suas perspectivas

Comente sobre as perspectivas do Movimento Água é Vida

ANEXOS

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS CONSULTADOS

- 1. NOTA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB) SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA EMBASA**
- 2. OFÍCIO DO MOVIMENTO ÁGUA É VIDA AO PREFEITO MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA**
- 3. INFORME DO MOVIMENTO ÁGUA É VIDA SOBRE OS “10 MOTIVOS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO”**
- 4. INFORME DO MOVIMENTO ÁGUA É VIDA CONTENDO PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES**
- 5. OFÍCIO DO MOVIMENTO ÁGUA É VIDA AO JORNAL TRIBUNA FEIRENSE**
- 6. OFÍCIO DO MOVIMENTO ÁGUA É VIDA AO REDATOR CHEFE DO JORNAL TRIBUNA FEIRENSE**
- 7. ATA DA FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DO MOVIMENTO ÁGUA É VIDA EM DEFESA DA ÁGUA E DA SAÚDE**
- 8. DOCUMENTO SOBRE “CONTROLE SOCIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO” ASSINADO POR UM CONSELHEIRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**